



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
MARIA APARECIDA DOS SANTOS MOTA

**“BELA, RECATADA E DO LAR”:
GÊNERO, POLÍTICA E REDES SOCIAIS**

Tubarão

2017

MARIA APARECIDA DOS SANTOS MOTA

**“BELA, RECATADA E DO LAR”:
GÊNERO, POLÍTICA E REDES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Maria Marta Furlanetto

Tubarão

2017

M87 Mota, Maria Aparecida dos Santos, 1982-
"Bela, recatada e do lar" : gênero, política e redes sociais /
Maria Aparecida dos Santos Mota ; -- 2017.
92 f. il. color. ; 30 cm

Orientadora : Maria Marta Furlanetto.
Dissertação (mestrado)–Universidade do Sul de Santa
Catarina, Tubarão, 2017.
Inclui bibliografias.

1. Análise do discurso. 2. Memória coletiva. 3. Rousseff,
Dilma, 1947-. 4. Cônjuges de presidentes. 5. Política. I.
Furlanetto, Maria Marta. II. Universidade do Sul de Santa
Catarina – Mestrado em Ciências da Linguagem. III. Título.

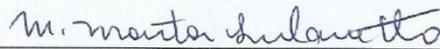
CDD (21. ed.) 401.41

MARIA APARECIDA DOS SANTOS MOTA

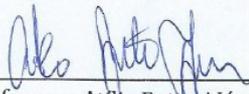
“Bela, recatada e do lar”: gênero, política e redes sociais

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

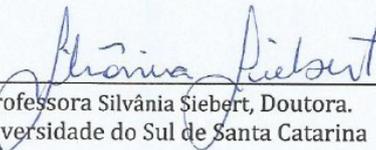
Tubarão, 5 de julho de 2017.



Professora e orientadora Maria Marta Furlanetto, Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professora Atilio Butturi Júnior, Doutor.
Universidade Federal de Santa Catarina



Professora Silvana Siebert, Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina

À minha mãe que, no auge dos seus 81 anos e da sua humilde sabedoria, carrega sempre um belo sorriso nos lábios, uma positividade contagiante no coração e que não mede esforços para me ver feliz... dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Toda a minha gratidão a Deus:

Toda força, coragem e determinação para trilhar a caminhada acadêmica agradeço a Ele;

Agradeço a Ele por me presentear com pais maravilhosos: mesmo meu pai não estando mais aqui para presenciar... Minha mãe, uma senhora idosa apenas na idade, mas na mente, nas ideias, na alegria, uma eterna jovem encantadora;

Agradeço a minha irmã Sidnei, pequenina em sua estatura, mas gigante em paciência e zelo por mim;

Agradeço as minhas amigas e colegas, ombros e ouvidos para os meus constantes desabafos, mente e coração para as minhas conquistas e troca de conselhos e afagos;

Minha amiga, colega acadêmica, parceira de carona e conselheira, Vanilda, muita gratidão pela parceria e cumplicidade;

Agradeço a minha orientadora Maria Marta Furlanetto, uma mulher ímpar em sabedoria, paciência e carinho. Não há palavras para agradecer pela confiança, dedicação e atenção dedicadas a mim;

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Unisul, por todos os ensinamentos valiosos;

Agradeço às professoras Silvânia Siebert e Andréia Daltoé pelas valiosas contribuições na qualificação do projeto desta pesquisa;

Agradeço aos professores Atílio Butturi Jr. e Silvânia Siebert pelas valiosas contribuições e indicações de leituras na qualificação desta pesquisa;

Agradeço às meninas da secretaria do PPGCL, Patrícia e Elaine, pelo carinho e profissionalismo a nós dedicados;

De maneira geral, agradeço a todos que colaboraram e que me encorajaram a seguir e a conquistar mais um grau acadêmico.

“[...] para contarem sua história, os homens precisaram reduzir as mulheres, oposto sem o qual não existiriam enquanto tal, a[s] duas funções: a maternidade e a disponibilidade de seus corpos em toda ocasião. E assim conseguiram apagá-las da cena política e da memória social.” (Tania Navarro Swain, 2014).

RESUMO

O presente estudo, a partir dos pressupostos teóricos da Análise do discurso de linha francesa *pêcheutiana*, voltado para o estudo discursivo das relações entre política, identidade e gênero social, propõe investigar a circulação e a produção de outros sentidos possibilitados pela reportagem intitulada “Bela, recatada e do lar” – publicada na revista *Veja* (edição especial nº 2474), em 20 de abril de 2016. Observa-se a circulação de *posts* midiáticos e as imagens associadas, imbricando a questão do político e do gênero, considerando que, a partir dessa reportagem, conceitos e questões sobre o feminino ressurgiram e motivaram reflexões. Diversos gestos interpretativos, nesse confronto, possibilitaram o surgimento e a circulação de novos sentidos, a partir de um acontecimento histórico no contexto brasileiro: o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Nesse caminho, a posição e a visão da mulher associada à questão política e de gênero propiciaram à mídia o confronto entre as imagens de duas mulheres: Marcela Temer e Dilma Rousseff, reativando as disputas de gênero. O trabalho explora conceitos como acontecimento, memória, silêncio e formação imaginária. Conclui-se que se traz à tona, mais uma vez, a força da memória coletiva: enquanto a imagem de Marcela indicia uma mulher ideal(izada), modelo a ser seguido, a imagem de Dilma evidencia o distanciamento de certo padrão para uma posição que, até então, era exclusivamente masculina, apontando-se novos matizes da contradição nas relações de gênero social.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Acontecimento. Memória. Dilma Rousseff. Marcela Temer.

ABSTRACT

The present study, from the theoretical presuppositions of Discourse Analysis in the *pecheutian* french line, aimed at the discursive study of the relations among politics, identity and social gender, proposes to investigate the circulation and the production of other senses made possible by the report entitled “Bela, recatada e do lar” – published by the magazine *Veja* (special edition nº 2474), on April 20th, 2016. We observe the circulation of media posts and the associated images, overlapping the question of politics and gender, whereas, from this report, concepts and questions about the female resurfaced and enabled reflections. In this confrontation, several interpretive gestures made possible the arising and the circulation of new senses, from the historical event on the Brazilian context: Dilma Rousseff’s *impeachment*. This way, the woman’s position and vision associate with the politics and gender questions propitiated for the media confront two women images: Marcela Temer and Dilma Rousseff, reactivating gender disputes. This study uses concepts such as event, memory, silence and imaginary formation. Concludes that excites, again, collective memory force: while Marcela’s image indicates an ideal or idealized woman, a followed model, Dilma’s image evidence the distancing of a certain pattern for a position that, until then, was exclusively male, indicating new ways of contradiction in social gender relations.

Keywords: Discourse Analysis. Event. Memory. Dilma Rousseff. Marcela Temer.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A bela, recatada e do lar no futebol.....	52
Figura 2 – Belas, recatadas e do lar	54
Figura 3 – <i>Bela...Recatada...E do Lar</i>	61
Figura 4 – <i>Lugar de mulher é no lar?</i>	63
Figura 5 – Imagem que compõe a reportagem da revista <i>Veja</i> (Ed. Especial nº 2474).....	66
Figura 6 – Lançamento do programa social <i>Criança Feliz</i>	67
Figura 7 – Cerimônia de posse de Dilma Rousseff (2015)	67
Figura 8 – Discurso de posse de Dilma Rousseff (2011).....	69
Figura 9 – Especial – <i>Impeachment</i> em <i>Época</i>	71
Figura 10 – Dilma versus “bela, recatada e do lar”	72
Figura 11 – <i>Bela, recatada e de LUTA!</i>	76

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CONCEITO DE GÊNERO E IMAGINÁRIO SOCIAL	16
2.1	IMAGINÁRIO E FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS	16
2.2	JOAN SCOTT E O GÊNERO	19
2.3	PIERRE BOURDIEU: CONTEXTUALIZAÇÃO DE <i>A DOMINAÇÃO MASCULINA</i> ...	27
2.4	IMAGENS SOCIAIS DE MULHER NO BRASIL	29
2.5	CULTURA, IMAGINÁRIO E GÊNERO	36
3	O ACONTECIMENTO	45
3.1	O ACONTECIMENTO HISTÓRICO: <i>IMPEACHMENT</i>	45
3.2	O ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO: <i>BELA, RECATADA E “DO LAR”</i>	49
3.3	<i>BELA, RECATADA E “DO LAR”</i> : O ACONTECIMENTO DISCURSIVO	50
4	MARCELA E DILMA: DUAS IMAGENS	57
4.1	DILMA E MARCELA: A MÍDIA E OS <i>POSTS</i> MUDIÁTICOS	58
4.2	MARCELA TEMER E SUA IMAGEM	63
4.3	DILMA ROUSSEFF E SUA IMAGEM	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS	81
	ANEXOS	85
	ANEXO I – REPORTAGEM DE <i>VEJA</i> – MARCELA TEMER: BELA, RECATADA E “DO LAR”	86
	ANEXO II – CURRÍCULO LATTES	

1 INTRODUÇÃO

Na política brasileira, o ano de 2010 é marcado pela eleição da presidenta Dilma Rousseff, sendo a primeira vez que uma mulher assumiu o poder no Brasil no posto mais importante do país. Dilma – sendo filiada ao PT (Partido dos Trabalhadores) – já fazia parte da política brasileira no governo anterior ao seu como Ministra de Minas e Energia e, mais tarde, Ministra-chefe da Casa Civil do Brasil. Porém, em 2011, a política assume o cargo de presidenta do país pela primeira vez e, nas eleições de 2014, é reeleita para o cargo.

A partir de 2015, quando Dilma assumiu seu segundo mandato, uma série de objeções vieram à tona instaurando uma crise econômica – e, conseqüentemente, política – no Brasil, o que, deu-se início ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em dezembro de 2015, quando Dilma foi denunciada por crime de responsabilidade fiscal e a denúncia foi aceita pelo presidente da Câmara dos Deputados.

Após esses eventos, uma comissão na Câmara dos Deputados foi criada para estudar e decidir as ações futuras. Assim, em abril de 2016, a maioria dos deputados manifestou-se favorável ao impedimento da presidenta e, posteriormente, o Senado Federal aprovou a abertura do processo, afastando Dilma Rousseff da presidência até a conclusão do processo. Em 31 de agosto de 2016 a presidenta perdeu o cargo.

Nesse contexto, muitas indagações sobre a capacidade e a conduta de Dilma surgiram. Por ser a primeira mulher a assumir a presidência do país, ela se tornou alvo de inúmeras questões referentes a estar no poder *e ser mulher*. Mesmo a presidenta sendo vista como uma mulher de personalidade forte, com opinião própria e espírito de liderança, sua competência não deixou de ser questionada. Reaparece muito fortemente, portanto, a questão de gênero em sua vertente mais superficial: não é homem, é mulher.

Desde que seu nome surgiu no cenário político, Dilma foi vista com um olhar machista por almejar o poder – lugar que “deveria ser” exclusivamente masculino – e mostrar-se, desde jovem, fora dos padrões tradicionais de comportamento de uma mulher – ou daquele comportamento que se esperaria de uma mulher –, engajando-se na vida política, assumindo sua posição de esquerdista.

Na verdade, a resistência masculina em aceitar a mulher na vida pública, na sociedade, no mercado de trabalho, em cargos e posições comuns aos homens e, principalmente na política, não é algo novo, desenrola-se ao longo da história, como podemos

verificar no documento disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral intitulado *Eleições no Brasil: uma história de 500 anos* – publicado em 2014¹:

Formalmente, a Constituição de 1891 definia como cidadãos os brasileiros natos e, em regra, os naturalizados. Podiam votar os cidadãos maiores de 21 anos que tivessem se alistado conforme determinação legal. Mas o que, exatamente, significava isso? Em 1894, na primeira eleição para presidente da República, votaram 2,2% da população. Tudo indica que, apesar de a República ter abolido o critério censitário e adotado o voto direto, a participação popular continuou sendo muito baixa em virtude, principalmente, da proibição do voto do analfabeto e das mulheres.

No que se refere à legislação eleitoral, alguns instrumentos legais vieram a público, mas nenhum deles alterou profundamente o processo eleitoral da época. As principais alterações promovidas foram o fim do voto censitário e a continuidade do voto direto. Essas modificações, embora importantes, tiveram pouca repercussão prática, já que o voto ainda era restrito – analfabetos e mulheres² não votavam – e o processo eleitoral continuava permeado por toda sorte de fraudes. (2014, p. 27 e 28)

Essa foi a realidade que permaneceu até 1932, quando a Justiça Eleitoral encarregou-se de todos os trabalhos eleitorais e, nesse caminho, a legislação eleitoral foi reformada e criou-se o primeiro Código Eleitoral do Brasil. Uma das mudanças que o código eleitoral trouxe foi o voto feminino facultativo, como podemos ver:

A Lei nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, criou a Justiça Eleitoral para que ela fosse a única responsável por todo o processo eleitoral: do alistamento à proclamação dos eleitos.

Além disso, o código possibilitou, pela primeira vez no país, às mulheres o direito a votar, mas, por outro lado, manteve grave obstáculo à universalização do voto ao continuar proibindo o voto do analfabeto. (p. 37)

A mulher teve de esperar mais de quarenta anos para ter direito ao voto e poder participar, de maneira minoritária, na vida política do país. Enfrentando todo tipo de percalços, ao longo dos anos seguintes a atuação feminina na política foi se tornando relativamente expressiva; mulheres também participaram de movimentos contra a ditadura militar e na luta armada. Aos poucos, foi conquistando espaço e ocupando cargos eletivos, e

¹ <<http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/tse-eleicoes-no-brasil-uma-historia-de-500-anos-2014.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2017.

² Mulheres: o exercício do voto foi associado aos papéis sociais atribuídos às mulheres. Isso significa que, durante boa parte de nossa história, as mulheres não puderam votar, conquistando esse direito somente a partir de 1932. Antes, contudo – pelo menos desde 1890 –, já se discutia sobre a extensão desse direito às mulheres, e durante as prévias da primeira constituição republicana muita tinta correu sobre o assunto. As primeiras eleitoras a se alistarem no Brasil eram mulheres do Estado do Rio Grande do Norte, que, após processo judicial, conseguiram realizar o registro para a eleição que ocorreria em 1928. Ainda que os votos delas tenham sido descontados por inaparáveis, eles marcam a maior movimentação que essas questões causavam na sociedade (cf. BRASIL, 2014).

com a lei nº 12.034/2009 – que define a cota mínima de 30% e a máxima de 70% das candidaturas para cada um dos sexos nos cargos políticos – garantiu-se (teoricamente) participação no processo eletivo para cargos políticos. Porém, veja-se o que afirmou Luiza Carvalho, diretora regional da ONU Mulheres para a América Latina e Caribe, dois dias antes da votação do *impeachment* de Dilma Rousseff pelo Senado, entrevistada por Thais Lazzeri, da revista *Época* (18/05/2016), e referindo-se a um relatório da ONU Mulheres:

O Brasil está no pior lugar do ranking de mulheres na política, ao lado de Belize e Haiti, com vexatórios 9% dos cargos para mulheres em cargos legislativos. Apesar dos países ratificarem normas garantindo 30% dos cargos para mulheres, a máquina política interrompe a ascensão feminina. O Brasil adotou as cotas, mas os partidos nunca tiveram determinação para adotá-las. No Brasil, como em outros países, existe uma resistência à presença da mulher na política, com base em achismos que não fazem sentido.

Como podemos constatar nessa breve contextualização, a (pouca) participação da mulher na vida política do país foi conquistada duramente e paulatinamente. Do direito ao voto até sua participação no processo eletivo, um longo caminho de persistência foi trilhado. A participação da mulher nos processos eletivos, de acordo com o site do Tribunal Superior Eleitoral, nas últimas eleições, em 2014, é de apenas 28,93% dos 21.582 candidatos – para todos os cargos. Assim, observamos que, mesmo conquistando seu espaço, a participação feminina ainda é inferior ao esperado e possível.

Nesse aspecto, a escolha de Dilma Rousseff como primeira presidenta a governar o país, legitimada pelo voto popular – e, posteriormente, sua reeleição – foi um marco na política brasileira; na verdade, simboliza uma conquista histórica feminina. Por isso, não se estranha que Dilma seja atacada politicamente – afinal, o lugar que passou a ocupar era exclusivamente masculino.

No desenrolar do processo de *impeachment*, Dilma é afastada por 180 dias, e o vice Michel Temer assume a presidência. Isso causou novas especulações, não só por Dilma ter sido substituída, mas por seu substituto ser um homem. Na mídia, *posts*, memes, charges e reportagens diversas surgiram abordando a situação atual da presidenta, assim como da política brasileira. Nesse viés, a mídia não economizou nas sátiras endereçadas a Dilma, algumas indiretas, mas com um fundo de criticidade. Uma das reportagens que se destacou nesse período foi veiculada pela revista *Veja*. Em 20 de abril de 2016, em uma edição especial (nº 2474), *Veja* publicou uma matéria com a esposa de Michel Temer, Marcela Temer – que se tornou *primeira-dama* – e trouxe a seguinte manchete: *bela, recatada e “do lar”*. Ao longo da reportagem, algumas características são atribuídas a Marcela: vice-primeira-dama do lar,

recatada, discreta – por usar vestidos até os joelhos e cores claras; dedicada – por ser “o braço digital” do marido, informando-o das atualidades midiáticas, entre outras.

Percebe-se, na reportagem da jornalista Juliana Linhares, a possibilidade de Marcela estar sendo evidenciada como a mulher ideal. Remete-se, aqui, aos valores patriarcais que regiam gerações anteriores, pelos quais as mulheres foram marcadas por características como beleza, maternidade, ingenuidade, habilidade nas tarefas domésticas, doçura e sensibilidade. Nesse contexto, Dilma Rousseff é tomada como o avesso, pois é vista como uma mulher destemida, independente, militante e que enfrentou muitos obstáculos para chegar ao posto mais importante do país.

Sendo a mídia uma das ferramentas usadas para legitimar – ou não – essa imagem de mulher ideal, houve uma significativa repercussão envolvendo Marcela e Dilma – duas mulheres, porém vistas em oposição. A reportagem de *Veja* trouxe à tona conceitos e questões comumente camuflados sobre os lugares do feminino. E, a partir de então, surgiram na mídia diversos *posts* midiáticos refletindo a posição e a visão de mulher, imbricando-se com a questão da política e do gênero.

À luz da Análise de Discurso (AD), buscamos caracterizar o processo de *impeachment* e a reportagem midiática *bela, recatada e “do lar”* como acontecimentos. Um dos conceitos de Michel Pêcheux, mentor da AD, é o de *acontecimento*. Para o autor (2008, p.19), o acontecimento é um fato novo que surge na atualidade e que convoca a memória para produzir sentidos. Para Davallon (1999, p. 24), o acontecimento “deve constituir memória, quer dizer: abrir a dimensão, entre o passado originário e o futuro, a construir, de uma comemoração”, ou seja, o ressurgimento de sentidos – motivados memorialmente – que um acontecimento pode motivar. O autor (1999, p. 25) confirma que, para que haja memória, o acontecimento não pode ser indiferente ou insignificante.

Ao encontro disso, Rassi (2012, p. 44) afirma que o acontecimento “pode ser analisado como uma correlação entre o fato e a forma como fato foi percebido e circulado, como ele se atualiza e se mantém sempre presente na memória coletiva”. Nesse sentido, o processo de *impeachment* é algo novo que surgiu na atualidade política brasileira e que possibilitou manifestações midiáticas, como a reportagem da revista *Veja*. O processo de *impeachment* surge como um acontecimento histórico no país e, a partir dele, outros acontecimentos são desencadeados com o evento enunciativo *bela, recatada e “do lar”* – que suscitou na mídia e na população diversas reações. Pêcheux (2008, p. 20) afirma que “o confronto discursivo prossegue através do acontecimento”; nesse sentido, a discursivização desses acontecimentos é que deve ser relevante: o acontecimento discursivo.

Para desenvolver a pesquisa, entende-se que o acontecimento sinteticamente descrito possibilitou que conceitos e dizeres envolvendo a mulher – a forma como ela foi/é vista na/pela sociedade – ressurgissem e produzissem novos sentidos. Observa-se, também, que outras questões sobre o feminino, que estavam esquecidas ou apenas à sombra, vieram à tona na mídia, refletindo a visão e a posição da mulher, interligando-as com as questões de política e de gênero – que é, em última análise, uma questão sociopolítica. Sobre isso, Diniz (2014, p. 11) assim se manifesta: “Quero aproximar gênero de feminismo mostrando que, ao entender o gênero como um regime político e o patriarcado como uma tecnologia moral do regime, toda pesquisa sobre gênero será feminista.” A autora assume que o patriarcado antecede e acompanha as questões de gênero, atualizando-se no que se chama “pedagogias do gênero”, marcadas pela instituição da família como reprodutora e cuidadora. Assim, sexo e gênero aparecem como categorias políticas que se constituem em função de relações de poder que atravessam as sociedades, criando certa *ordenação*: “o patriarcado se expressa na linguagem, na estética e na lei” (DINIZ, 2014, p. 19) – o que pediria também uma ética feminista para o enfrentamento do problema de identificação e desidentificação.

A história, diz Swain (2014b, p. 619), “mata simbolicamente as mulheres ao condená-las aos limites de um corpo reprodutor”. As feministas, por sua vez, “são os arautos de uma nova memória social que abre às meninas o presente e lhes confere um passado, no qual podem encontrar modelos de ação.” (p. 619).

Dada a proposta de pesquisa, entende-se que a AD tem recursos teóricos e analíticos para observar os acontecimentos: histórico – processo de *impeachment* –; enunciativo – reportagem midiática –; e discursivo – os sentidos que as reações à reportagem suscitaram na mídia e especialmente entre as mulheres, bem como as condições de produção e veiculação que propiciaram discursividade, revolvendo a memória, que é intrínseca ao acontecimento, pois é através dela que saberes e dizeres sobre a mulher emergem. Como afirma Pêcheux (2008, p. 17), atualidade e memória se cruzam resultando em um *acontecimento*.

Nesse viés, com os dispositivos da AD busca-se, também, constatar/verificar que formas a imagem da mulher apresentou na sociedade, ao longo da história: submissão no período patriarcal, o lar como o lugar ideal e exclusivo; o machismo e a desigualdade entre os gêneros, entre outros; e a maneira como estes, em seu trajeto sócio-histórico, contribuíram para a produção de sentidos. Para isso, cabe mobilizar o conceito de *formação imaginária*, construído por Pêcheux, pois o autor, ao referir-se às representações imaginárias das diversas esferas do processo discursivo, afirma que elas resultam ou surgem de processos discursivos

anteriores, provenientes de outras condições de produção – que já não funcionam mais – mas que colaboram para o surgimento de outros sentidos na atualidade (PÊCHEUX, 2014, p. 85). Outro conceito, pertinente para o estudo da imagem feminina, é o *silêncio* (ORLANDI, 2007, p. 13 e 14), que se estabelece como fundante do sentido e como uma forma de resistência – censura e interdição do discurso.

Com relação ao silêncio, Orlandi (2007, p. 31) diz que ele não é a simples falta de palavras ou ausência de dizer, pois “o silêncio não fala, ele significa [...] no silêncio, o sentido *é*”. Desse modo, o que não se diz, não se revela sobre a mulher na história, significa, da mesma maneira que o que a impede de se manifestar, de se expressar, também significa. Em diversas situações a mulher e sua história são silenciadas, e esse silêncio é carregado de sentidos.

Com a breve explanação aqui feita, é possível observar as razões pelas quais a AD, significativamente, pode contribuir para o estudo discursivo sobre gênero e as questões femininas/feministas que envolvem o tema.

Considerando-se o que foi apresentado até aqui, objetiva-se, principalmente, investigar como os *posts* midiáticos (veiculados na internet e nas redes sociais) mobilizaram os sentidos da manchete *Bela, recatada e do lar* a partir da reportagem da revista *Veja* (edição especial nº 2474), em 20 de abril de 2016, imbricando a questão da política e do político implicado no gênero.

Para isso, especificamente, a pesquisa tem como objetivos:

- a) conceituar *gênero social*;
- b) verificar alguns aspectos da criação e estabilização de imagens sociais construídas sobre a mulher;
- c) Retraçar o trajeto histórico que permitiu que a mulher fosse denominada, no Brasil, como “rainha do lar”;
- d) contextualizar o acontecimento histórico *impeachment* relacionando-o com a formulação enunciativa *bela, recatada e “do lar”*; e a discursivização destes acontecimentos;
- e) analisar a produção de gestos interpretativos a partir de *posts* midiáticos.

A pesquisa que se propõe pauta-se em mostrar que a manchete veiculada pela revista *Veja* ocasionou aos *posts* midiáticos trabalhar diversos gestos interpretativos – relacionando-os com a política e com a questão política de gênero, possibilitando o surgimento e a circulação de novos sentidos. Para desenvolver o tema, a pesquisa terá como

base a busca bibliográfica de caráter qualitativo e investimento em formulações que circularam nas redes sociais, na internet.

O embasamento teórico contará com alguns conceitos dos formuladores da AD, Michel Pêcheux e Eni Orlandi, contando-se ainda com o que outros autores da mesma corrente teórica ou de outras já desenvolveram, incluindo-se nomes relevantes das ciências sociais para a contextualização do tema: Maffesoli (sobre o imaginário); Bourdieu (sobre a dominação masculina); Le Breton (sobre o silêncio); Davallon (sobre memória e imagem); e pesquisadoras do movimento feminista e de gênero: Joan Scott, Butler, Swain, Diniz, Rassi, Mattos, Borelli, Miguel, Rial, Pinsky e Pedro, Ana Scott e Del Priore.

Para compor o *corpus* da análise, reunimos *posts* midiáticos veiculados na internet sobre Dilma Rousseff e Marcela Temer que surgiram na mídia como reflexos da reportagem da revista *Veja*: escolhemos alguns memes, algumas imagens de Marcela e de Dilma, e algumas reportagens (trechos) que circularam na mídia no período em que transcorria o processo de *impeachment* no Brasil. Analiticamente, pretende-se mostrar como isso convoca a imbricação das questões de política e de gênero, e a implicação na política atual.

Assim, nosso trabalho percorrerá o seguinte trajeto, em sequência a esta introdução.

No segundo capítulo, sob a perspectiva de Joan Scott (1995) associada a autores vinculados, apresentamos uma compreensão de imaginário e formações imaginárias; e conceituamos *gênero* e seu uso para diferenciar e caracterizar socialmente homem e mulher. Uma breve contextualização sobre *A dominação masculina*, de Bourdieu, contribuiu para esse conceito. Na sequência, construiu-se o imaginário de mulher descrevendo-se historicamente a posição social ocupada pela mulher e a visão sobre ela, bem como as condições de produção que possibilitaram tais noções; ao encontro disso, traçou-se o percurso histórico da “mulher do lar” no Brasil. Finalmente, apresentamos uma seção sobre história, cultura e gênero.

No terceiro capítulo, conceituamos *acontecimento* e *memória* na óptica da AD, e caracterizamos os acontecimentos: histórico, enunciativo e discursivo.

No quarto capítulo, na primeira seção, sinteticamente, conceituamos mídia e *posts* midiáticos e exemplificamos a circulação de *posts* midiáticos envolvendo Dilma e Marcela. Na segunda seção, focalizamos Marcela Temer, sua imagem e as atribuições que a mídia relacionou/relaciona a ela. Na última seção, a imagem e a posição de Dilma Rousseff é observada e relacionada no contexto da pesquisa. Por fim, observamos a circulação e a construção de sentidos mobilizados pela discursivização do acontecimento histórico *impeachment* e do enunciado *bela, recatada e “do lar”*.

No capítulo de conclusão apresentamos em síntese os resultados da pesquisa.

2 CONCEITO DE GÊNERO E IMAGINÁRIO SOCIAL

Neste capítulo apresentamos, primeiramente, uma compreensão da noção de imaginário no contexto cultural; em seguida, explanamos sobre o conceito de gênero sob a óptica da autora Joan Scott, introduzindo a seção com uma diferenciação entre *história das mulheres* e *história do gênero*. Scott busca significar a palavra *gênero*, usada pelas feministas, como um termo que diferencia socialmente homens e mulheres e que transcende a diferença sexual.

Na sequência, buscou-se (re)construir o imaginário de mulher, traçando-se um percurso histórico que expôs o modo como a mulher era vista socialmente e a posição que ela ocupava. No contexto patriarcal, a submissão feminina – ao pai e, posteriormente, ao marido – seu modo de vida e seu comportamento caracterizaram uma imagem de mulher submissa, recatada, séria e casta. Assim, observou-se o imaginário de mulher que foi produzido por estas condições. Nesse sentido, foi pertinente contextualizar historicamente a “mulher do lar”. A última seção é dedicada a uma visão histórica de cultura, imaginário e gênero na perspectiva da história das mentalidades.

2.1 IMAGINÁRIO E FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS

Michel Maffesoli, pensador francês do tempo presente e do cotidiano, da complexidade e do pluralismo, permite mostrar os matizes de uma noção importante, o *imaginário*, que associamos a outra noção: a de *formação imaginária* no contexto da AD. Sintetizamos a compreensão desse fenômeno a partir de uma entrevista (MAFFESOLI, 2001).

Imaginário, em sua corrente sociológica, herdeira de Gaston Bachelard e de Gilbert Durand, relaciona-se, sem identificar-se, com: realidade, cultura, ideologia e imaginário em Lacan. Imaginário, primeiramente, não é o oposto de realidade, de algo tangível; na verdade, a realidade é movida pelo imaginário. Segue um conjunto de asserções que correspondem à noção de *imaginário* desenvolvida na entrevista:

- a) o imaginário engloba elementos da cultura, mas tem certa autonomia em relação a ela; é algo mais, ultrapassa e alimenta a cultura;
- b) Há algo de imponderável no imaginário. É o estado de espírito que caracteriza um povo, estado não consistentemente racional, sociológico ou psicológico;
- c) O imaginário tem uma dimensão ambiental: matriz, atmosfera (aura segundo Walter Benjamin); força social de ordem espiritual, mental, não quantificável;

d) Só existe imaginário coletivo; ultrapassa o indivíduo (ex. o imaginário pós-moderno reflete o tribalismo); imaginário implica fazer parte de algo, partilhar;

e) Não é a imagem (em todas as suas formas) que produz o imaginário, mas o contrário. A imagem é suporte, resultado do imaginário (filme, pintura, escultura, fotografia, arquitetura, decoração etc.);

f) Imaginário não é ideologia, no sentido de que a ideologia tem um viés racional (interpretação, elucidação, explicitação); imaginário aproxima-se de ideologia apenas no sentido original pensado por Destutt de Tracy (início do século XIX): conjunto orgânico de ideias;

g) Imaginário, para além de um elemento racional (razoável), incorpora o onírico, o lúdico, a fantasia, os sonhos, que potencializam as práticas; envolve a sensibilidade, o afetivo;

h) O imaginário é, ao mesmo tempo, impalpável e real;

i) O imaginário funciona pela interação; não é individual; interatividade faz sentido na ordem imaginária; envolve sensação de partilha, vibração comum;

j) O imaginário não é de direita ou de esquerda, está aquém ou além dessa perspectiva moderna; atravessa todos os domínios da vida e concilia o que parece inconciliável; o imaginário contamina tudo; opera contra revoluções ou a favor delas;

k) Lacan diferenciou imaginário e simbólico, racionalizou a noção de imaginário aprendida com Jung, retomando-a como herdeiro de Freud. Em Durand, simbólico e imaginário se contaminam (imaginação simbólica); estão ligados ao vivido; sinteticamente, em Durand, imaginário se apresenta como relação entre as intimações objetivas (o que a sociedade impõe – *política*) e a subjetividade (a modulação da vida – *desejo*, como diria Barthes ([1974]2004, p. 290): “A Utopia é o campo do desejo, diante do Político, que é o campo da necessidade.”;

l) O imaginário é alimentado por tecnologias; a técnica estimula as imagens. A internet, como tecnologia de interatividade, alimenta e é alimentada por imaginários; a técnica produz artefatos; a imagem incomoda porque não é racional.

Essa concepção, em sua abrangência e plasticidade, é consentânea com o tratamento aqui presente sobre “imaginário social de mulher”, embora nele esteja participando a ideia do ideológico com seu viés de racionalidade, conforme Maffesoli (2001). Por hipótese, na AD Pêcheux presentifica as duas possibilidades, ainda que sem explicitação, visto que, ao tratar das *formações imaginárias* presume, primeiro, que nas interlocuções criam-se imagens para quem enuncia e para o *outro*, e também a respeito do objeto de troca (o *referente*), mas é

inevitável que haja dependência, no contexto da situação de troca, do imaginário presente na cultura (e excedendo-a) – portanto, de caráter coletivo, grupal, social.

Em Pêcheux (2014, p. 82), já no trabalho sobre análise automática do discurso (1969), “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Ou seja, esse conjunto de imagens se forma em um espaço restrito – uma situação dada – mas é fruto de uma exterioridade histórica que se consubstancia em uma cultura. Não é um fenômeno restrito a indivíduos; está amplamente cimentado como vínculo social e, portanto, reflete uma atmosfera específica.

Em Orlandi (2013, p. 39, 40), observamos que as formações imaginárias não dizem respeito a sujeitos físicos e nem aos lugares empíricos; elas provêm de processos discursivos prévios que se mostram no discurso pela antecipação e pelas relações de força e sentido. Esses elementos – relações de sentido (entre discursos), antecipação (previsões durante a troca) e relações de força (relativas ao lugar social ocupado, gerando poder) constituem o que se chama de *condições de produção* dos discursos, que podemos detectar como cenários no contexto socioideológico da cultura (implicando uma formação social), em que atuam imaginários – no sentido de Maffesoli (2001).

Dado que o imaginário, em AD, é o que se consubstancia na memória, indicamos a última formulação de Pêcheux a respeito, presente em seu projeto de pesquisa *Leitura e memória* (de 1983). Ali, descartando conceber essa noção associada a algo contido em um organismo, ele propõe o *estatuto social da memória* como condição para o funcionamento discursivo (produção e interpretação), devendo-se entendê-la referida a “um conjunto complexo, preexistente e exterior ao organismo, constituído por séries de *tecidos de índices legíveis*, constituindo um corpo sócio-histórico de traços.” (PÊCHEUX, [1983]1990, p. 286, tradução nossa). Explicando: esse corpo de traços, com formas bastante variadas, remete à noção de *memória coletiva*, utilizada por historiadores que desenvolvem uma história das mentalidades (a exemplo de Maurice Halbwachs, Philippe Ariès, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Carlo Ginzburg). É neste ponto que Pêcheux faz referência à obra de Bakhtin como um exemplo acabado da tese da memória coletiva como um corpo sócio-histórico de traços a serem buscados na cultura (lugares comuns, estereótipos, estilos...) segundo o princípio do dialogismo (intertextualidade/interdiscursividade).

2.2 JOAN SCOTT E O GÊNERO

Iniciamos esta seção com uma distinção relevante apontada por Didier Lett (2015), historiador das diferenças sociais na Idade Média, que retoma *gênero* em duas linhas: como palavra e como conceito.

O termo *gender* surgiu no início dos anos 1960 nos Estados Unidos, com uso específico na psiquiatria e na psicanálise (como sabemos, diferindo de *genre*, utilizado com respeito a gênero linguisticamente considerado – gênero textual, gênero discursivo), daí migrando para a sociologia e para a história e sendo introduzido em outros países a partir do conhecido trabalho de Joan Scott em que ela o utiliza, como vemos em seguida, como uma categoria útil para a análise histórica. Lett alerta que é preciso ter consciência do uso que dele é feito em contextos alternativos. A diferença lexical feita na língua inglesa (*genre/gender*) não se manifesta em português e em francês (*gênero/genre*), mas o conceito sim, referindo-se a relações sociais de sexo, e isso, certamente, pode causar confusão.

Lett explica, em seu trabalho, que é preciso considerar como distintos os investimentos em uma *história das mulheres* e em uma *história do gênero*. Neste último caso, seria um movimento historicamente ligado à história das mulheres, confundindo-se as perspectivas. São, contudo, dois campos de estudo diferentes. Se o objetivo da história das mulheres é, como explica o autor, reconstituir certas experiências de vida do passado e o que era compreendido como feminino nos vários períodos considerados, além de observar as relações entre homens e mulheres, sucedeu que, nos anos 1970-1980, em um primeiro momento, essa história acabou acentuando a dominação masculina, a opressão, a misoginia – o que teve como resultado negativo a mera oposição, o confronto, simplificação que deixa de lado

[...] os fenômenos de consentimento, de aceitação, de sedução ou de desejo, esquecendo que a dominação (e portanto a hierarquia) se situa também no interior mesmo do grupo das mulheres ou do grupo dos homens (hierarquias sociais, étnicas, orientações sexuais etc.). (LETT, 2015, s.p.)³

Posteriormente, a perspectiva voltou-se para lugares de encontro entre homens e mulheres, observando a repartição, a hierarquia e também a complementaridade dos papéis, de onde surgiu a questão fulcral que, finalmente, orientaria o estudo para uma história do gênero: “qual o interesse em isolar uma categoria de sexo, em escrever a história das mulheres

³ Tradução de Maria Marta Furlanetto, para este recorte e outros do mesmo autor.

como um objeto autônomo da história?” (LETT, 2015). Assim, nos anos 1990-2000 fica clara a ideia de que seria necessário confrontar a relação masculino-feminino. A *história do gênero*, como outro campo de estudo, “trata da criação, da difusão e da transformação dos sistemas simbólicos fundados sobre as distinções homem/mulher. O gênero exprime o ‘sexo social’ ou a ‘construção cultural do sexo’.” (LETT, 2015). Trata-se, então, de uma história mais abrangente, da qual a história das mulheres é uma parte. A mobilização do conceito de *gênero*, ademais, oferece a oportunidade de interrogação das questionáveis *evidências* consideradas naturais, que surgiram em todos os tempos como estáveis, fundadas em mitos e fantasias.

Gênero, para historiadores e historiadoras como Lett e Scott (que é referida por ele como uma difusora do conceito de gênero [*gender*] e especialista de história contemporânea), é uma referência para demonstrar, como destaca Lett (2015), “a dominação masculina, mas representa também um meio de participar da elaboração de uma história das categorias sociais”, além de uma série de outros critérios – como idade, geração, classe, condição social, parentesco etc., que não podem ser desconsiderados. Isso não apenas para os tempos contemporâneos, mas igualmente para os períodos anteriores ao século XVIII, quando se passou a considerar natural a biologização da oposição masculino-feminino. O interesse imediato de Lett é a (longa e heterogênea) Idade Média. “Fazer a história do gênero é [...] um ato militante, uma vez que visa a lutar contra as desigualdades e explicar seus fundamentos culturais e históricos” (LETT, 2015). O trabalho de Joan Scott, que focalizamos em seguida, é efetivamente um marco para esse tipo de perspectiva.

Em seu artigo *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, Joan Scott (1995) reflete sobre o significado e uma possível definição para “gênero”. Segundo a autora (1995, p.72), as feministas começaram a usar a palavra *gênero* reportando-se à relação social entre os sexos. *Gênero*, como termo usado socialmente para diferenciar homens e mulheres, era, para as feministas americanas, uma tentativa de resistência ao determinismo biológico implícito nessas expressões.

Na tentativa de excluir os sentidos de *sexo e diferença sexual* e substituí-los por *gênero* intenta-se, por parte das feministas, buscar uma realidade mais igualitária. Nessa substituição, silenciam-se os sentidos que as palavras *sexo e diferença sexual* podem provocar. Assim, com o uso de *gênero*, evita-se a multiplicidade de sentidos que *sexo e diferença sexual* podem possibilitar. Mais do que isso, Scott (1995) afirma que as feministas consideravam *gênero* como o termo que embasaria as pesquisas sobre as mulheres. Assim, a

inserção científica da palavra *gênero* – desenvolvendo-a como categoria analítica – contribui na pesquisa sobre a história da mulher e na perspectiva de construir-se uma nova história.

Para Scott (1995), os(as) historiadores(as) feministas têm, no mínimo, duas razões para teorizar sobre gênero:

a proliferação de estudos de caso, na história das mulheres, parece exigir uma perspectiva sintética que possa explicar as continuidades e descontinuidades e dar conta das persistentes desigualdades, assim como de experiências sociais radicalmente diferentes. (1995, p.73)

e, também,

a discrepância entre a alta qualidade dos trabalhos recentes de história das mulheres e seu status marginal em relação ao conjunto da disciplina [...] mostra os limites de abordagens descritivas que não questionam os conceitos disciplinares dominantes [...]” (SCOTT, 1995, p.74).

Assim, na tentativa de afirmar que as mulheres tiveram história e fizeram parte da história, o estudo de *gênero* é colocado como um desafio teórico, necessitando relacionar não só as experiências masculina e feminina transcorridas, mas a relação entre a história passada e a presente. Desse modo, para Scott (1995), falar sobre o funcionamento de gênero nas relações sociais humanas e do sentido que ele dá à organização e à percepção do conhecimento histórico só é possível vendo-o analiticamente.

Para teorizar sobre gênero, os teóricos dividiam as abordagens adotadas em duas categorias: a *descritiva* – referindo-se a fenômenos e realidades existentes sem atribuir-lhes interpretações ou explicações – e a *causal* – que estuda fenômenos e realidades atribuindo-lhes compreensão e explicações.

Scott afirma que, recentemente, livros e artigos variados tendo como tema a história das mulheres trocaram a palavra *mulher* por *gênero* visando, no trabalho, à erudição e à austeridade, pois “*gênero* tem uma conotação mais objetiva e neutra do que *mulheres*” (SCOTT, 1995, p. 75). Nesse sentido, gênero dissocia-se da política feminista e não pressupõe um posicionamento sobre desigualdade e poder; com isso, sustenta o silêncio da palavra *mulher* e todos os sentidos atribuídos a ela. De acordo com Orlandi (2007, p. 102), “as palavras vêm carregadas de silêncio”; assim, se *gênero* substitui a palavra *mulher*, pode deixar na sombra o significado de *mulher* em uma situação onde o uso desta pode provocar estranhamento.

Gênero, para Scott (1995), é utilizado para referir que qualquer informação sobre a mulher é também informação sobre o homem: a mulher faz parte do mundo do homem. Ademais (SCOTT, 1995, p.75), “‘gênero’ também é utilizado para designar as relações

sociais entre os sexos”, excluindo, aqui, as diferenças biológicas comparativas e tornando-o um indicador de “construções culturais”, estabelecendo “a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75).

Nesse contexto, o uso da palavra *gênero* exclui características biológicas, e apenas as identidades subjetivas são consideradas. Aqui, a autora concorda com Moira Gates, que afirma ser *gênero* “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (p. 75). Há, assim, a intenção de salientar que as distinções sociais são baseadas em sexo.

Nessa perspectiva descritiva, Scott (1995) mostra que o uso de *gênero* enfatiza que as relações entre os sexos são sociais, porém não explica como elas são concebidas, como atuam e como se modificam. Segundo a autora – o que já era esperado por alguns historiadores –, *gênero* é associado aos estudos sobre as mulheres, é um assunto novo para pesquisas, mas não é capaz de modificar e interpelar os princípios históricos existentes.

Com isso, Scott (1995, p. 77) relata que os historiadores esforçaram-se para elucidar o conceito de gênero e sua relação com a mudança histórica; para isso, uma variedade de abordagens analíticas é utilizada; ela as restringe a três: 1) origens da teoria do patriarcado – projetam as pesquisas para a subordinação das mulheres perante os homens; 2) tradições marxistas – buscam uma explicação “material” para o gênero, sob a perspectiva econômica e a divisão social do trabalho; 3) identidade de gênero do sujeito sob as teorias do pós-estruturalismo francês e anglo-americanas – inspiram-se nas várias escolas de Psicanálise para explicar a produção e a reprodução da Identidade de Gênero do sujeito.

A autora destaca que só no final do século XX a inserção do termo *gênero* enquanto categoria de análise tornou-se relevante. Até então, algumas teorias trataram da analogia entre homem/mulher; questão feminina; e outras, da identidade sexual subjetiva. Porém o termo, como parte de um sistema de relações sociais e/ou sexuais, ainda não tinha sido considerado, o que dificultava sua incorporação nos estudos de algumas feministas contemporâneas. Nesse aspecto, Scott (1995, p. 85) afirma que “o termo ‘gênero’ faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes e para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens”.

Diante da contextualização feita, Scott (1995, p. 86), em uma tentativa de conceituar gênero, declara: “minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados.” Segundo ela, o núcleo da sua definição baseia-se em duas proposições. A primeira conceitua gênero como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas

entre os sexos. Portanto, o conceito de gênero encontra-se imbricado nos conceitos de identidade sexual, de papel sexual e de relações entre os sexos. A segunda proposição trata o gênero como uma forma primária de dar significação às relações de poder, isto é, as relações de poder desenvolvem-se nas relações sociais. Entende-se o poder comumente como manifestações de correlação de forças centralizadas no controle, na opressão que sugere um dominador e um dominado, estabelecido nas relações sociais, políticas e sexuais.

Para Foucault (1999, p. 89-90), contudo, o poder

não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis; [...] as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhes são imanentes; são os efeitos imediato das partilhas, desigualdade e desequilíbrios que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações; as relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução; possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor [...] (FOUCAULT, 1999, p. 89-90)

Desta maneira, pretender uma mudança social envolve transgredir as normas de comportamento, dominação e de poder impostas pela sociedade aos gêneros. Aqui não se denota a exclusão do masculino, mas a relação homem/mulher proveniente do caráter relacional de poder, levando em conta que não existe apenas mulher ou homem, mas diferentes construções simbólicas sobre estes, que, ao longo do tempo, são instáveis e mutáveis.

Para Scott (1995, p. 86), o gênero, enquanto elemento constitutivo das relações sociais, compreende quatro elementos que se relacionam entre si: 1) os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas, e que são, frequentemente, contraditórias; 2) os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos – expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas. Estes conceitos tomam a forma típica de uma oposição binária, que afirma de maneira concreta e nítida o sentido do masculino e do feminino. Nessas condições, a posição que surge como dominante é a única declarada possível. Assim, a história acaba sendo escrita como se as posições normativas fossem o produto de um consenso social e não o resultado de um conflito; 3) a análise deve incluir a noção de política bem como uma referência às instituições; 4) como último elemento, a identidade subjetiva. Mesmo não funcionando simultaneamente, esses quatro elementos estão inter-relacionados, uma vez que os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social.

O uso de gênero evidenciando seu caráter social – concreto ou simbólico – ora distinguindo homem/mulher, ora substituindo a palavra ‘mulher’, ora representando o masculino ou o feminino – indica que inserir a palavra em um contexto com um sentido já criado ou naturalizado cria problema. Orlandi (2013, p. 42) afirma que, na AD, não se ignora, na constituição do dizer, a força que a imagem tem. No funcionamento da linguagem, o imaginário é indispensável e eficaz. Para a autora (2013, p. 42), o imaginário “não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder.”

Quando se reporta ao problema das relações entre o poder e o sexo, Foucault (1999, p. 81) traça alguns aspectos do que ele critica em análises políticas do poder, enraizadas na história do Ocidente. Entre eles, que o poder ditaria a lei no que se refere ao sexo, reduzindo-se o sexo a um regime binário lícito/ilícito e permitido/proibido; que o poder estabeleceria ao sexo uma forma de inteligibilidade, ou seja, decifrar-se-ia a partir de sua relação com a lei; que o poder agiria determinando a regra. Aqui, o autor (1999, p. 81) afirma que, nesse regime de poder, “o domínio do poder sobre o sexo seria efetuado através da linguagem, ou melhor, por um ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de se enunciar, um estado de direito. Ele fala e faz-se a regra”. Seria um poder jurídico-discursivo.

Compreendemos, assim, que o que se diz sobre os sexos, masculino e feminino é determinante para o conceito histórico-cultural do que é ser homem, e do que é ser mulher. Pela/na linguagem determina-se as relações de poder, visto o discurso como constituinte da realidade, estabelece-se a hierarquia dos gêneros.

Para significar as relações de poder, Scott (1995, p. 88) afirma que gênero é sua forma primária. Mesmo não sendo o único campo, gênero consiste em uma maneira de possibilitar a significação do poder no mundo ocidental.

Apoiada em Pierre Bourdieu – que fala sobre a “di-visão do mundo” baseando-se em referências às desigualdades biológicas, principalmente às referentes à divisão do trabalho de procriação e de reprodução –, Scott (1995, p. 88) afirma que o conceito de gênero, estabelecido como um conjunto objetivo de referências, estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social. Assim, a partir dessas referências ocorre a distribuição do poder; o gênero compromete-se na concepção e na construção do próprio poder.

Apoiada no pensamento de Maurice Godelier, Scott (1995, p. 89) afirma que “as diferenças entre os corpos, relacionadas ao sexo, são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não têm nada a ver com a sexualidade”. Nesse viés, ela levanta a questão de não só testemunhar, mas legitimar. Outra questão importante para a

autora é a “função de legitimação do gênero”, que age de várias maneiras. Citando autores(as) como Pierre Bourdieu, Gayatri Spivak, Natalie Davis, Caroline Bynum e os(as) historiadores(as) da arte, Scott justifica que os estudos destes contribuem para “a função de legitimação do gênero”, pois suas interpretações “estão baseadas na ideia de que as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o significado e que a diferença sexual é uma forma primária de dar significado à diferenciação” (SCOTT, 1995, p. 89). Com isso, buscando as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, os(as) historiadores(as) compreendem gênero e sociedade reciprocamente: o gênero constrói a política e a política constrói o gênero.

Nesse sentido, tal reciprocidade entre gênero e sociedade relaciona-se com o pensamento de Foucault (1989, p.183), que diz que o indivíduo não detém meramente o poder, ou seja, o poder constitui o indivíduo e passa através dele também. Para o autor, o funcionamento do poder ocorre em redes onde os indivíduos “não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão”. Ao encontro disso, Scott (1995, p. 89) diz que o gênero “fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana”.

Para Foucault (1989, p. 250), “na medida em que as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, é evidente que isto implica um em cima e um em baixo, uma diferença de potencial”. Na relação entre os gêneros essa afirmação é relevante, pois as relações de dominação e servidão estão em constante confronto e há sempre a evidência (ou a tentativa) da superioridade masculina sobre a feminina. Em relação a isso, para Scott (1995, p. 89) uma das áreas em que gênero pode servir para análise histórica é a política. Referindo-se à política e ao poder, a autora entende que o gênero é visto como uma categoria antiética frente às atividades da política, e que a história política resiste à inclusão de materiais e questões sobre as mulheres e o gênero.

Definindo gênero como uma forma primária de significar as relações de poder, Scott (1995, p. 91) julga que a importância dada a ele é subjacente, mas constitui a organização da igualdade e da desigualdade. Compreensões generalizadas, chamadas de relações naturais entre homens e mulheres, constituem hierarquias. A autora exemplifica citando os termos – usados na França, no século XIX – codificados como “feminino” os sinônimos de subordinados, fracos, sexualmente explorados, e “masculino” líderes trabalhadores e socialistas. Outro exemplo: na guerra, o sacrifício de jovens se faz em nome

da virilidade masculina e a obediência ao rei e/ou ao pai, tendo-se aqui a associação entre masculinidade e domínio nacional.

Desta forma, pensando no gênero como elemento constituinte da organização social, percebe-se a importância de tais questões relacionadas a todas as culturas na construção dos significados de homem e mulher, masculino/feminino, contribuindo assim, para a existência da desigualdade.

Scott (1995, p. 92) defende que o gênero não só faz referência ao significado da oposição homem/mulher, ele o estabelece. E nesse sentido, há possíveis mudanças que são construídas e transformadas num contexto de tempo e espaço, com origens e esferas variadas. A autora diz ainda que

São os processos políticos que vão determinar qual resultado prevalecerá – político no sentido de que atores diferentes e significados diferentes lutam entre si para assegurar o controle. A natureza desse processo, dos atores e de suas ações, só pode ser determinada de forma específica, no contexto do tempo e do espaço. Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quanto parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas. (SCOTT, 1995, p. 93)

Desse modo, afirma Scott (1995, p. 93) que, em se tratando da oposição homem/mulher como uma problemática, que não somente constrói e reconstrói o que está socialmente definido, mas que recorre ao gênero para justificar e explicar suas posições, há necessidade de se questionar a compreensão implícita sobre gênero e como ela é reinscrita e invocada. A autora acredita que, com tais questionamentos, novos elementos históricos surgirão e será possível ver a relação entre os gêneros sob novas perspectivas, tornando, assim, a mulher mais visível e possibilitando novas reflexões sobre a política feminina. Em uma visão social e politicamente igualitária, gênero poderá ser transformado e redirecionado considerando-se não só o sexo, mas a raça e a classe.

Diante das considerações feitas por Scott (1995) sobre gênero, é possível a percepção de eventos e reflexões no desenrolar da história feminina. Fatores como a relevância dos valores patriarcais, a distinção feita na caracterização do homem e da mulher, a subordinação social da mulher – mesmo depois de muitas conquistas – e a visão de inferioridade da mulher relativamente ao homem ainda ruminam na atualidade sobre a mulher.

2.3 PIERRE BOURDIEU: CONTEXTUALIZAÇÃO DE *A DOMINAÇÃO MASCULINA*

Na obra *A dominação masculina*, Pierre Bourdieu (2002, p. 5), ao tratar das relações entre os sexos, afirma que as estruturas da divisão sexual estão no campo da política e que, des-historizadas e eternizadas por mecanismos históricos, correspondem ao processo de naturalização das divisões essencialistas entre as diferenças sexuais. Para Bourdieu, “aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas tais como a família, a igreja, a escola, e também, em uma outra ordem, o esporte e o jornalismo”. Para o autor, isto é a reinserção na história, e que, assim, “devolve à ação histórica, a relação entre os sexos que a visão naturalista e essencialista dela arranca.” (BOURDIEU, 2002, p. 5).

Com isso, o autor chama a atenção para a necessidade da re-historização da condição do feminino, isto é, neutralizar “os mecanismos de neutralização da história”; há necessidade de mobilização.

Esta mobilização marcadamente *política*, que abriria às mulheres a possibilidade de uma ação coletiva de resistência, orientada no sentido de reformas jurídicas e políticas, opõe-se tanto à resignação a que encorajam as visões essencialistas (biologistas e psicanalíticas) da diferença entre os sexos quanto à resistência reduzida a atos individuais [...]. (BOURDIEU, 2002, p. 5, grifo do autor)

Isto, para o autor (2002, p. 5), é desejar que as mulheres

saibam trabalhar para inventar e impor, no seio mesmo do movimento social e apoiando-se em organizações nascidas da revolta contra a discriminação simbólica [...], formas de organização e de ação coletivas e armas eficazes, simbólicas sobretudo, capazes de abalar as instituições, estatais e jurídicas, que contribuem para eternizar sua subordinação.

Nesse sentido, Bourdieu (2002, p. 7) define a dominação masculina como uma violência simbólica, invisível a suas próprias vítimas e essencialmente exercida pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento. Para o autor (2002, p. 8, grifo do autor), a questão principal seria a de revelar “os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em *natural*”, devolvendo, assim, à diferença entre o masculino e feminino seu caráter puramente arbitrário e contingente. Com isso, Bourdieu (2002, p. 9) afirma que as aparências biológicas, conjugadas aos efeitos reais nos corpos e mentes, no “longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social”, acabaram naturalizando uma construção social. Assim, para o autor (2002, p.13), durante a

socialização homens e mulheres incorporam as estruturas históricas da ordem masculina como esquemas inconscientes de percepção e apreciação. O(a) pesquisador(a) arrisca-se, portanto, ao procurar compreender o fenômeno, a utilizar modos de pensamento que também são produtos dessa mesma dominação.

Referindo-se ao que é considerado feminino e masculino – além da diferença social, a atividades e coisas –, Bourdieu (2002, p. 15-16) mostra que a oposição entre os sexos objetiva-se pela inserção em um sistema de características homólogas como: alto/baixo, em cima/em baixo, frente/atrás, seco/úmido, claro/escuro, etc. Aqui, o autor afirma que

Esses esquemas de pensamento, de aplicação universal, registram como que diferenças de natureza, inscritas na objetividade, das variações e dos traços distintivos (por exemplo, em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as “naturalizam”, inscrevendo-as em um sistema de diferenças todas igualmente naturais em aparência; de modo que as previsões que elas engendram são incessantemente confirmadas pelo curso do mundo [...] (BOURDIEU, 2002, p.16).

Bourdieu (2002, p. 16 e 17) observa que a organização da sociedade e a visão em torno dela é construída a partir das divisões entre masculino e feminino; que o sistema mítico-ritual reforça e reconhece essa divisão, e que a partição entre os sexos “parece estar na ordem das coisas”, de forma natural, normal, inevitável.

Nesse viés, ao apontar a oposição entre os sexos, o autor (2002, p.18) afirma que a força masculina dispensaria justificativas, pois, na visão androcêntrica, impõe-se de forma neutra, concebida como natural e sem a necessidade de ser legitimada. Explicando melhor, Bourdieu (2002, p. 18) afirma que a máquina simbólica da sociedade, construída sob a dominação masculina, igualmente a ratifica, constituindo a própria divisão social do trabalho com determinação do que cabe a cada sexo: “é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada à mulheres [...]” e “a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos.”

Para o autor (2002, p.9) “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes”; assim, ao corpo físico deve-se a construção da diferença entre os sexos biológicos, o que, arbitrariamente, fundamenta a dominação masculina sobre a feminina.

Partindo-se das poucas terminologias anatômicas, no século XV, que não permitiam uma descrição precisa dos órgãos sexuais, afirmava-se que os sexos são iguais porém dispostos de maneira inversa: os órgãos sexuais femininos são internos, e os masculinos, externos – e assim buscavam no corpo feminino a diferença para justificar sua

submissão. Essa submissão explicava-se pela relação de semelhança entre interno/externo com outras oposições tradicionais como sensibilidade/razão, passividade/atividade (BOURDIEU, 2002, p. 20).

É na diferença sexual, como afirma Bourdieu (2002, p. 26 e 27), que as diferenças entre homem e mulher são estabelecidas socialmente. Nesse viés, o autor (2002, p. 30) afirma ser a relação sexual uma relação social de dominação, pois “ela é construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse [...]”. Assim, para o autor (2002, p. 33), a dominação masculina legitima-se na sua natureza biológica, que constitui uma construção social naturalizada.

A partir das afirmações de Bourdieu, é possível observarmos e entendermos que a desigualdade entre os sexos é justificada pela diferença biológica que os constitui e que, socialmente, reflete conceitualmente o que é ser homem e o que é ser mulher.

2.4 IMAGENS SOCIAIS DE MULHER NO BRASIL

Popularmente vista como o sexo frágil, a dependente e a submissa, a mulher é designada assim por ser caracterizada – histórica, social e culturalmente – inferior ao homem. Nesse viés, a condição de submissão da mulher desenrola-se ao longo da história refletindo os valores patriarcais – provindos mais diretamente do período colonial, no caso de muitos países, mas tendo um fundo muito mais antigo. Os valores patriarcais, que regiam o século XIX e são bem marcados até meados do século XX, implicam a submissão de todos da família aos poderes do pai ou do homem da casa. O domínio da família era exclusivamente masculino; o chefe de família, o patriarca, era soberano. Desse modo, a mulher obedecia ao pai enquanto solteira e, ao casar-se, ao marido (SCOTT, 2012, p.15, 16).

Em consonância com Scott (2012), o modelo de família patriarcal, como dominante, devia ser seguido por todos, e tido como o ideal, o correto. O amor conjugal não poderia ser tomado como ideal ou como meta; o sexo tinha apenas a finalidade de procriação, e, com isso, prazer e desejo eram coibidos à mulher. Mas tais regras eram exclusivamente femininas. Ao homem era permitida uma dupla moral: exercer sua sexualidade e obter satisfação fora do matrimônio.

Para Swain (2014a, p. 36, grifo da autora) as feministas, nos anos 1980, “desvelaram na categoria *patriarcado* todo um sistema de dominação e convencimento instalado para criar a diferença e a desigualdade, com a instituição binária da sociedade e sua

dessimetria”, ou seja, segundo a autora o patriarcado ameaça e controla a liberdade de homens e mulheres, pois considera-os diferentes por “natureza”.

No patriarcado, diz a autora (2014a, p. 37), “a ação sobre o humano é a invenção de corpos e papéis sociais em função da genitália que passa a defini-los, em um esquema de dominação e subordinação”. Nesse ponto, há consonância com a diferença social construída entre os gêneros, como afirma Bourdieu (2002, p. 20) – ou seja, sua justificação pela diferença biológica entre os sexos. Diniz (2014, p. 17) ratifica ao afirmar que “o regime político do gênero e a moral do patriarcado têm como sua unidade de governança a família heterossexual e os corpos das mulheres são a propriedade a ser assegurada”. Foucault alerta, no entanto, que a sexualidade não deve ser associada meramente a um poder que, no fundo, fracassa ao tentar dominá-la como se fosse apenas algo rebelde e estranho à natureza. “Ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população.” (FOUCAULT, 1999, p. 98). Além disso, as estratégias para lidar com a sexualidade não são válidas em toda parte e sempre, e o sexo, certamente, não pode se reduzir à função reprodutiva e a sua modalidade heterossexual.

Sabemos, ainda assim, que “a diferença sexual é instituída como evidência na correlação de forças sociais e é pedra fundamental na instalação representacional e na criação material do patriarcado e seu imaginário” (SWAIN, 2014a, p. 38). Para a autora, “o próprio imaginário é acorrentado às formas de sociedades assimétricas, ocultando as significações presentes nas atividades atribuídas ao feminino” (SWAIN, 2014a, p. 38). Por esse viés, alguns discursos construídos sobre a *mulher*, se assim podemos dizer, não surgiram de um contexto imediato – de um sentido estrito – mas do imaginário de mulher construído – em sentido amplo – considerando as condições de produção e a memória (já dito) sobre a mulher, como ela viveu e como foi sua criação; a partir daí, compreende-se a origem dos diversos discursos voltados para ela.

Com os valores patriarcais, vemos na submissão da mulher o seu silenciamento: a negação e a proibição de expressão de sua vontade. O silêncio, conforme expressa Orlandi (2013, p. 29), é significativo por excelência, é possibilidade de linguagem, condição de sentido, mas o *silenciamento*, como política de sentido, instaura uma fronteira linguística entre o que é permitido dizer e o que é censurado, para evitar a proliferação de sentidos. Assim, o silêncio encontrado na subordinação da mulher significa. A obediência e a falta de liberdade coíbem sua vontade, na tentativa de silenciá-la. Segundo Swain (2014a, p. 41), entre os dispositivos constitutivos do patriarcado, o amoroso “investe e constrói corpos-em-mulher,

prontos a se sacrificar, a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem”. Nesse sentido, a mulher aceita sua “condição de mulher” e assume as obrigações atribuídas a ela sem, ao menos, questioná-las.

Diante da realidade vivida pela mulher nesse período, a ideia de ser o lar um lugar exclusivo feminino criou-se por determinados fatores, que podemos relacionar aqui com o que em Análise de Discurso se denomina *condições de produção*. As condições de produção (ORLANDI, 2013, p. 30) compreendem os sujeitos e a situação: em sentido estrito remetem para as condições de enunciação; em sentido amplo, integram o contexto sócio-histórico e ideológico. Isto é, não são restritas ao contexto imediato; o contexto amplo é que traz para a relação de sentidos fatores constituintes, ideológicos e políticos. Assim, podemos entender que o aumento da mão de obra masculina, o preconceito com as poucas mulheres que trabalhavam fora do lar e a dedicação à maternidade contribuíram para que o lar fosse se tornando um lugar exclusivamente feminino. Em outras palavras, esses fatores condicionaram a produção do sentido de que lugar de mulher é no lar.

No século XVIII, a eclosão do capitalismo e o avanço da economia colaboraram para a transformação do padrão de vida da população, ocasionando crescimento econômico e urbano (PINSKY; PEDRO, 2005, p. 270). Com isso, o progresso social e econômico continuou no século XIX, e houve condições de tornar real o que, até então, era o ideal tradicional das mulheres – seres domésticos, dedicados à família – para um número cada vez maior de mulheres. Essas condições propiciaram que a imagem ideal de homem e de mulher fosse sustentada cada vez mais (PINSKY; PEDRO, 2005, p. 271).

Nesse período, “o ideal masculino era de alguém racional, agressivo, corajoso, capaz de tomar decisões lúcidas, empreendedor e dominador, apto à vida pública” (PINSKY; PEDRO, p. 271); em contrapartida, a mulher era vista como alguém que “deveria ser sentimental, passiva, casta, vulnerável, dependente e destinada ao lar”. Com relação às características femininas, elas condizem com a posição que a mulher ocupava nessa época, pois a maternidade passou a exigir devoção feminina, e o lar devia ser um lugar “tido como um refúgio precioso das obrigações do mundo ‘masculino’ dos negócios e da política, local de aconchego e moralidade” (PINSKY; PEDRO, 2005, p. 271); sendo assim, atribuiu-se valor sentimental ao lar. Pelas características atribuídas ao homem e à mulher no século XIX, nota-se a tentativa de mostrá-los como seres opostos: o homem com sua bravura, liderança e sendo provedor da família; e a mulher com sua doçura, obediência e tendo a responsabilidade de harmonizar o lar.

Nesse contexto, essas características continuam sendo refletidas, contemporaneamente, em clichês como: “mulher chora por qualquer coisa”, “mulher tem dó de tudo”, “isso é coisa de mãe”. Esses dizeres mostram na atualidade o imaginário de mulher que foi produzido em condições em que a mulher era caracterizada assim, ou seja, refletem memorialmente a imagem da mulher que se construiu ao longo do tempo, apesar da instabilidade permanente.

Swain (2014a, p. 40) explica que no dispositivo amoroso do patriarcado – para sustentar a diferença sexual – se consolida na imagem da “mulher verdadeira” (grifo da autora) como aquela que “cimenta os laços familiares, que educa os meninos para serem verdadeiros patriarcas e as meninas suas servas”. Segundo a autora, proveniente de discursos filosóficos, religiosos, científicos, do senso comum, entre outros, a imagem da “verdadeira mulher” é instituída e suas qualidades são enfatizadas: doce, amável, devotada e amorosa (SWAIN, 2014a, p. 41).

Ao encontro disso, Pinsky e Pedro (2005, p. 265) salientam que o século XIX popularizou a imagem ideal de mulher como aquela que se dedicava integralmente ao lar. Alguns historiadores, ressaltam as autoras, afirmam ser esse século o período mais complicado para as mulheres: tiveram menos chances e foram vistas de maneira bem inferior. Aliás, esse período refletiu as ideias da maioria dos filósofos iluministas do século XVIII, que duvidavam da capacidade feminina – embora, ironicamente, o Iluminismo perspectivasse a igualdade social. Acreditavam que “as mulheres, por sua natureza distinta, não conseguem raciocinar do mesmo modo que os homens, pois são movidas mais pelas paixões – uma tendência, no limite, perigosa ao bom funcionamento da sociedade.” (PINSKY; PEDRO, 2005, p. 266).

Pensando assim, em consonância com Pinsky e Pedro (2005, p. 267), muitos filósofos intervinham pelos homens comuns, pelos cidadãos, pelos escravos, pelos judeus, pelos índios, mas pelas mulheres, não. Continuamente, afirmavam a inferioridade das mulheres perante a razão e a ética masculina; por isso, elas deviam manter-se subordinadas aos homens. Segundo as autoras (2005, p. 267), a maioria dos iluministas “ressaltou o ideal tradicional de mulher silenciosa, modesta, casta, subserviente e condenou as mulheres independentes e poderosas”. Nessas circunstâncias, a crescente influência feminina nas cortes e nos salões era vista como “perniciosa” e “não natural”, pois a presença feminina na política, na cultura e na vida social era temida e, de certo modo, condenada. Pinsky e Pedro afirmam que “a mulher que atua nos territórios ‘masculinos’ da cultura e da política foi repudiada em

favor da mulher doméstica, que elege a família como centro de sua vida.” (PINSKY; PEDRO, 2005, p. 267).

Orlandi (2013, p. 40) afirma que “as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário”. Para a autora, no imaginário se produzem imagens dos sujeitos e dos objetos discursivos em um contexto sócio-histórico. Essas imagens são construídas, inconscientemente, relacionando-se às imagens que o sujeito faz de si, do outro e do objeto do discurso. Assim, nas circunstâncias em que a mulher encontrava-se, no século XIX e até meados do século XX, seus afazeres e lazeres eram, em sua maioria, voltados para a família e para a vida doméstica, e imagens e conceitos foram, no curso do tempo, criados e caracteriza(ra)m o sujeito mulher. Isso ocorreu porque os processos discursivos funcionam afetados pelo imaginário social.

Assim, a permanência da mulher no lar fez com que algumas atividades fossem caracterizadas como “coisas de mulher” (MIGUEL; RIAL, 2012, p. 150). Até 1960 as mulheres casadas distraíam-se fazendo quitutes, tricotando ou fazendo crochê, e, como forma de lazer e distração, frequentavam cursos de culinária e de artesanato. Com isso, essas atividades passaram a ser exclusivas da mulher, constituindo, assim, imagens que condicionam a produção e a significação desse discurso, pois, como afirma Orlandi (2013, p. 42), “o imaginário [...] não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder”.

Del Priore (1994, p.16, 17) destaca que a Igreja, com o interesse de fazer com que a família seja a principal instituição para disseminar a moral cristã, necessita de projetar a mulher ideal para casar e, assim, prega a ideia de continência e castidade. A autora nos mostra que “uma abundante produção de ‘panegíricos’ (obras elogiosas) encobria o pretexto de melhor domesticar a mulher dentro do casamento, e para tal fim se fazia necessário eleger um modelo feminino de corpo obediente e recato [sic], e carnes tristes.” (1994, p. 17). A mulher que não obedecesse ao marido poderia ser castigada por ele e, se o marido não o fizesse, o castigo seria divino. Para que isso não acontecesse, impunha-se à mulher obediência e enquadramento no casamento. Para livrar-se de punições, a mulher precisava calar-se, silenciar seu papel ativo no casamento. O silenciamento exclui (ORLANDI, 2013, p. 102); é, então, expressiva a censura voltada à mulher; é-lhe negado um papel ativo no casamento.

Swain (2014a, p. 36) afirma que a liberdade é ameaçada e controlada pelo patriarcado. Para a autora (2014a, p. 39), “o patriarcado não cessa de discorrer sobre as mulheres, seus corpos, suas mentes, destilando ‘verdades’ absolutas a seu respeito”.

A formação identitária dos sujeitos – homem e mulher – não se define apenas pela diferença biológica, mas sobretudo pela relação social entre homens e mulheres. Desse modo, segundo Diniz (2014, p.11), é possível pensar o gênero como um regime político e o patriarcado como uma tecnologia moral. Para a autora (2014, p.12), “sexo e gênero são categorias políticas que ressignificam o acaso da matéria. O gesto de sexagem dos corpos é o primeiro que instaura a ordem lexical entre sexo e gênero, fazendo-se crer que há uma anterioridade do sexo”.

Nesse contexto, é pertinente apontar os caminhos que levaram a mulher brasileira ao lar, popularizando, assim, o título de “Rainha do Lar”.

Entre os anos 1880 e 1914, período compreendido como *a Belle Époque*, a mulher foi consagrada como a “rainha do lar”. A ideia de que a mulher deveria ocupar-se unicamente com a casa, a família e a maternidade propagou-se intensamente. Tamanha contrariedade criou-se com o trabalho feminino que grupos sociais e instituições, movidos pela moral e bons costumes, censuravam algumas profissões femininas, entre elas, operária, doceira e costureira, relacionando-as à perdição da moral e à prostituição. Junto a isso, condições precárias de trabalho feminino eram denunciadas pela imprensa, que passou a reprová-lo e a enfatizar que o lugar ideal para a mulher era dentro do lar. Diante de tal ideia, o trabalho feminino só era consentido – de maneira transitória – mediante pobreza extrema (MATOS; BORELLI, 2012, p.133, 134).

Segundo Scott (2012, p.16, 17), nesse momento alguns valores começaram a ser questionados e eis que surge, no início do século XX, a “Família Conjugal Moderna” como modelo ideal de família, refletindo os modos burgueses da classe dominante, o novo padrão a ser seguido. Vale ressaltar, porém, segundo esta autora (2012, p. 17), que, devido à diversidade econômica, social e étnica, nem todas as famílias brasileiras puderam adotar o padrão burguês efetivamente.

Nesse período, a vontade individual ganhava um pouco de espaço e o amor romântico ganhou destaque dentro do casamento. No matrimônio, o amor e o sexo são vistos como formas morais e saudáveis de relacionamento. Assim, a vida familiar exemplar e perfeita foi nomeada como a do “lar doce lar”. Esse novo padrão de família era constituído pelo marido – provedor da família –, pela mulher – dona de casa exemplar –, e pelos filhos do casal.

O lar tornou-se o “ofício” da mulher quando ela “perdeu” seu espaço para o homem no mercado de trabalho. Essa perda não ocorreu de maneira brutal, mas despretensiosamente, decorrente das situações sociais e econômicas vigentes. Scott (2012,

p.18) aponta que, no início da industrialização no Brasil, a mão de obra feminina, em 1872, era de 76%, porém, anos mais tarde, em 1950, decaiu para 20%. Isso ocorreu pelo aumento da oferta de mão de obra masculina – decorrente da chegada de imigrantes europeus e da migração dos camponeses para os centros urbanos. Assim, a ocupação da mulher restringiu-se à casa, aos filhos, à família. Em consequência, sua permanência no lar era vista de maneira positiva para a formação do “trabalhador ideal” – acreditava-se que o homem teria bons hábitos, responsabilidade e uma vida saudável se tivesse uma esposa dedicada e cuidadosa com o lar e a família.

No retorno da mulher ao lar, nota-se que ela não só perdeu seu espaço para o homem, mas também lhe foi interdito ocupar um lugar no mercado de trabalho, o que corresponde a uma espécie de censura. Orlandi (2013, p.107), ao considerar uma forma de silêncio como censura, afirma que “o silêncio da censura não significa ausência de informação, mas interdição”; assim, com o retorno ao lar, a mulher é silenciada, impedida de atuar profissionalmente, não por falta de condições ou até mesmo necessidade, mas por ser conveniente ao marido ter a mulher dentro de casa apoiando-o, sendo dependente dele. Para a autora (2013, p.104), na censura “proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições”. Assim, à mulher é negado o direito de exercer seu papel como profissional. À esposa foi atribuída a função de dar suporte ao marido: enquanto ela cuidava da casa e dos filhos, ele podia trabalhar tranquilamente.

O novo padrão familiar, denominado “lar doce lar”, como confirma Scott (2012, p.17), também exigiu uma “nova mulher”, uma mulher que cuidasse da casa – para que houvesse no lar harmonia e boa convivência –, dos filhos e de sua educação; esposa dedicada, afetiva, com voz ativa no lar, mas ainda submissa ao marido. O papel de dominação e de único provedor da família continuou sendo exclusivamente masculino, enquanto a mulher transformava-se na “rainha do lar”. Manteve-se aqui a mesma hierarquia do patriarcado, o homem à frente da família, em posição de chefia, e a mulher, dependente e submissa.

Na atualidade, alguns clichês ainda refletem sobre a mulher, algumas condutas femininas ainda são criticadas e questionadas. Na reportagem da revista *Veja*, em algumas afirmações referentes a Marcela Temer, é possível observarmos exemplos que retomam a conduta de uma mulher que segue os padrões convencionais, como nos trechos “seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa [...]”, “Marcela permanece em São Paulo, quase sempre na companhia da mãe”; assim, é possível observarmos o ressurgimento do sujeito-mulher constituído por condições discursivas anteriores, ou seja, o já dito, o já ouvido anteriormente constituem a imagem da mulher, conceituando-a.

Dessas situações vividas pela mulher resultaram manifestações que, de certa forma, rotulavam – e ainda rotulam – as mulheres, suas atitudes e atividades, pois a conduta segundo os padrões convencionais tornava a mulher “bem vista” pela sociedade. Em consonância com Pêcheux (2014, p. 85), “diversas formações resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores [...] que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco”. Assim, a imagem do sujeito-mulher foi instituída pela situação histórico-social em que ela se encontrava e pela visão que se formulava do que era ser mulher.

Por esse viés, alguns discursos construídos sobre a *mulher* não surgiram de um contexto imediato – de um sentido estrito – mas do imaginário de mulher construído – em sentido amplo – considerando as condições de produção e a memória (já-dito) sobre a mulher, como ela viveu e como foi sua criação.

Dado esse contexto, nós o referenciamos ao *corpus* da pesquisa desenvolvida, que reúne *posts* midiáticos – surgidos na mídia refletindo a reportagem da revista *Veja* – em que as imagens de duas mulheres diferentes (e diferenciadas) são confrontadas: Marcela vista como a mulher dedicada ao lar, e Dilma, a política, a primeira mulher eleita para presidir o Brasil. É possível perceber que a distinção/comparação feita entre a imagem de Dilma e a de Marcela traz resquícios de uma história marcada pela visão que se fazia da imagem e do lugar da mulher.

2.5 CULTURA, IMAGINÁRIO E GÊNERO

Para traçar um percurso cultural mais visível do imaginário de sociedades do mundo ocidental, buscamos entender, no contexto da história das mentalidades, com Jean Delumeau ([1978]1989), um pouco do que se construiu, no período delimitado pelo historiador – 1300 a 1800 – com referência ao medo, aqui dirigido à mulher, em tópicos reunidos sob o rótulo geral de *Satã*, em que o autor explora três conjuntos de seres que aterrorizavam a humanidade como “agentes de Satã”: idólatras e muçulmanos, judeus, mulheres. Por outro lado, Régine Pernoud ([1978]1994), historiadora especialista em Idade Média, em sua *Idade Média: o que não nos ensinaram*, busca, em estilo leve e agradável, para um público amplo, promover a reabilitação de um período da história que, do ponto de vista dos últimos séculos, parece caracterizar-se apenas como de trevas, de ignorância, de superstição, de guerras e de miséria. Ela seleciona clichês e aponta o outro lado de imagens

construídas, recuperando o não dito, não mostrado. No presente caso, *A mulher sem alma* fornece o título ao capítulo.

Delumeau destaca que antijudaísmo e caça às feiticeiras coincidiram no começo da Idade Moderna: a mulher, tanto como os judeus, foi olhada como agente de Satã – por clérigos, por juizes, por leigos. No período, o ímpeto era especialmente marcado e espalhado graças à divulgação pela imprensa, que promoveu uma transformação, pela cultura dirigente, “de um medo espontâneo em um medo refletido” (DELUMEAU, 1989, p. 310).

O autor lembra que a Idade da Pedra nos legou muito mais imagens femininas que masculinas, e que o judaísmo bíblico e o classicismo grego manifestaram sentimentos contraditórios. Uma (assim considerada) deusa da fecundidade tornou-se com Atenas deusa da sabedoria e, com a virgem Maria, o protótipo da graça e da bondade, e inspiração para poetas. A veneração pela mulher, no entanto, transformou-se aos poucos em medo, especialmente nas sociedades com estruturas patriarcais; medo que não foi seriamente estudado e que até a psicanálise subestimou, lembra Delumeau. Ele julga que as raízes do medo à mulher são mais numerosas e complexas do que Freud considerou (referindo-se ao “temor da castração”); aliás, ele considera que a inveja do pênis é um conceito introduzido na psicanálise ainda orientado “por um tenaz apego à superioridade masculina” (1989, p. 311).

A maternidade continua sendo um mistério, mesmo para a mulher, tanto que, considerada como intimamente ligada com a natureza, é fonte de tabus. Nas civilizações tradicionais, a mulher teria o poder de profetizar, de curar e, ao mesmo tempo, prejudicar outrem com receitas estranhas. Os homens se definiram, para valorizar-se, como apolíneos e racionais em oposição às mulheres, dionisiacas e instintivas, obscuras, enigmáticas, a própria contradição – associada ao espírito, à alma e ao corpo, que atrai e ao mesmo tempo repele. Essa ambiguidade fundamental acompanhou as mulheres ao longo dos séculos: ser fonte de vida e anúncio de morte. A deusa Kali, no hinduísmo, diz Delumeau, representa bem a imagem de mulher forjada pelos homens: criadora e destruidora, a quem é preciso sacrificar animais para saciar sua fome de destruição. Por isso, o autor entende que o medo masculino à mulher vai “além do temor da castração identificado por Freud” (1989, p. 313), embora lhe dê razão desde que esse temor inconsciente não seja associado ao “suposto desejo feminino de possuir um pênis”.

Não se pode dizer que o medo dos homens relativamente às mulheres seja uma invenção de ascetas cristãos, porém Delumeau mostra que o cristianismo o integrou à ordem religiosa e insistiu nisso até o início do século XX. Já havia antifeminismo agressivo entre os séculos XIV e XVII, na verdade contrariando a palavra dos evangelhos. Contudo a Igreja,

especialmente pela influência de Paulo (filho de judeu e cidadão romano), não adotou “a igualdade preconizada pelo Evangelho” (p. 314): os obstáculos do contexto cultural em que o cristianismo se difundiu agiram mais peremptoriamente que o princípio estabelecido da igual dignidade dos seres humanos. Estruturas patriarcais dos judeus e dos greco-romanos, associadas à tradição intelectual que desprezava o trabalho manual e a carne (como se a mulher se representasse apenas pelo útero), levaram ao esquecimento da igualdade homem-mulher.

Sendo divulgador do cristianismo (se não o próprio criador), Paulo “contribuiu para colocar a mulher cristã em uma posição de subordinação simultaneamente na Igreja e no casamento” (DELUMEAU, p. 315). As mulheres teriam de submeter-se a seus maridos assim como a Igreja se submete a Cristo; elas foram excluídas de posições na Igreja, exigindo-se delas que se calassem. Delumeau diz que Paulo não era um misógino, mas certamente “partilhou o androcentrismo de seu tempo” (p. 315). Não é de surpreender que os primeiros escritores cristãos e os doutores da Igreja tenham compartilhado uma óptica antifeminista muito marcada, que foi sendo divulgada e mesmo agravada, chegando ao que se conhece como *Decreto de Graciano* (1140-1150), fonte oficiosa da Igreja até o começo do século XX⁴.

Aos argumentos teológicos já utilizados por seus predecessores, Tomás de Aquino acrescentou outro sob a influência da ciência aristotélica: “só o homem desempenha um papel positivo na geração, sendo a mulher apenas receptáculo” (p. 317). Dessa forma, a crença enraizada era de que havia um único sexo: o masculino, sendo a mulher um macho deficiente – clichê repetido vezes sem conta na literatura religiosa e jurídica. Ilustres pensadores ou doutores da Igreja, essas figuras masculinas certamente sofriam o peso do imaginário e da imaginação, repercutindo um medo insano e ancestral nada racional, apesar da insistência em ser o macho a imagem de Deus, perfeito e racional.

É verdade, diz Delumeau, que a Idade Média exaltou a virgem Maria e também inventou o amor cortês na literatura dos trovadores – mas houve uma contrapartida: à virgem correspondia a desvalorização da sexualidade, e ao amor cortês, sublimando esta ou aquela dama, correspondia a indiferença à maioria das mulheres, todas viciosas. A diabolização da

⁴ Graciano foi um beneditino italiano ativo no século XII, criador da primeira compilação sistemática do direito canônico, conhecida como *Decretum Gratiani*. Trata-se de uma coleção de leis canônicas. A obra foi usada na Escola de Direito da Universidade de Bolonha e posteriormente em outras universidades europeias. (Biblioteca Digital Mundial, disponível em: <<https://www.wdl.org/pt/item/14708/>> Acesso em: 21 maio 2017)

mulher não poderia tardar: criou-se uma mentalidade de obsessão relativamente aos perigos que ameaçavam a Igreja, todos tendo Satã como mente original e como instrumento privilegiado a mulher. Referindo-se a pregadores, teólogos e inquisidores que juntavam energias para oporem-se a forças maléficas, Delumeau diz: “Seres sexualmente frustrados que não podiam deixar de conhecer tentações projetaram em outrem o que não queriam identificar em si mesmos. Colocaram diante deles bodes expiatórios que podiam desprezar e acusar em seu lugar.” (DELUMEAU, 1989, p. 320).

O sermão, difundido na Igreja a partir do século XIII, meio eficaz de cristianização, “difundiu sem descanso e tentou fazer penetrar nas mentalidades o medo da mulher” (1989, p. 322), usando de jogos de oratória para espalhar uma doutrina estabelecida bem anteriormente em obras “doutas”. A grande ajuda nessa divulgação veio da imprensa.

Delumeau reúne o que chamou “tríplice aliança” – teólogos, juristas, ciência médica – para nos apontar o que foi o discurso oficial sobre a mulher no final do século XVI e no começo do século XVII.

O discurso teológico foi amplamente influenciado pela difusão da obra misógina *Malleus Maleficarum* (O martelo das feiticeiras), dos monges dominicanos Heinrich Kramer e Jacobus Sprenger, sob os auspícios do papado de Inocêncio VIII, que os nomeou inquisidores para as províncias alemãs. A Igreja, em peso, armou-se para confrontar as (assim consideradas) forças malignas: instruções aos confessores, aos pregadores, aos homens do clero em geral, especialmente porque muitos padres viviam em concubinato, a que era preciso reagir. As instruções aos confessores manifestavam claramente o desprezo pela mulher que veiculavam.

O discurso médico afirmava a inferioridade estrutural da mulher, como herdeiro de concepções antigas que utilizava por sua própria conta e difundia amplamente graças à imprensa. Nesse período – em torno de 1340-1550 – despontou o que é conhecido como *Querelle des femmes*. Havia quem defendesse as mulheres e quem as vituperava. O monge-médico Rabelais, aí, é visto como uma figura contraditória com respeito à obra *Tiers livre*. Diz Delumeau (1989, p. 331) sobre esse trabalho: “Seguramente a obra está recheada de episódios libertinos e o tom é muitas vezes zombeteiro. À primeira vista, a mulher aparece como lasciva, desobediente, indiscreta e curiosa. Mas o *Tiers livre* é dedicado a Margarida de Navarra, e Rondibilis [personagem médico], havendo oportunidade, louva as ‘mulheres sérias’.” A mulher seria menos viciosa do que frágil, daí a necessidade de proteção: de bons pais e de boa educação. Rabelais também se insurge contra os “corruptores de moças”. Ele não mereceria, portanto, ser considerado um “misógino empedernido”, acusação que alguns

lhes fizeram. Delumeau traduz sua interpretação de Rabelais: “indulgência e até mesmo gentileza, vá lá. Devoção, não” (1989, p. 332).

A inferioridade da mulher e seu caráter enfermiço foi bastante repetido. Ambroise Paré (1510-1590), famoso médico e cirurgião, mostra-se também indulgente, mas excessivamente preso ao imaginário da ciência aristotélica, que insistia em valores como quente (positivo) e frio (negativo), seco (positivo) e úmido (negativo). A mulher seria menos quente e menos seca que o homem – em outras palavras, um macho imperfeito, como Aristóteles via as mulheres.

Quanto aos juristas, explica Delumeau que seu apoio vinha justamente dos teólogos e dos médicos. Apoiados por citações oriundas de Aristóteles, Plínio e Quintiliano, de leis antigas e de teólogos, esses personagens da história eram categóricos quanto à inferioridade das mulheres. No terreno jurídico, em função de seus defeitos de caráter e da raridade de razão, a lista de limitações e de dependências é infindável, incluindo a proibição de sucessão ao trono e participação em cargos estatais. O juízo mais pessimista sobre a mulher, enfim, estava entre os demonólogos leigos, próximos dos inquisidores, que apontavam por que as feiticeiras são muito mais numerosas nos tribunais que os feiticeiros: sexo frágil, úmido e viscoso, seguidor das sugestões demoníacas... Tudo em função de sua natureza.

Delumeau, contudo, alerta que não se pode avaliar a posição das mulheres da sociedade da Renascença unicamente por indicações negativas, tal como ele exemplifica na obra. Duas linhas de evolução se cruzaram, manifestando-se também uma corrente feminista, “cujas audácia, contudo, é preciso sublinhar desde já, considerando-se os obstáculos que enfrentava. Além disso, em uma certa medida pelo menos, a prática temperava a estrita teoria.” Na França, apesar das limitações, regentes ou favoritas reais chegaram a exercer um verdadeiro poder, e esposas de comerciantes puderam participar ativamente dos negócios dos maridos. Havia, enfim, certos direitos definidos em jurisprudência. Isso não impede que, tudo considerado – com força especial o renascimento do Direito romano, além do absolutismo, e o apoio mútuo dos três discursos dominantes –, tenha se tornado difícil às mulheres casadas lutar contra a incapacitação que lhes era imputada. O marido se torna, no final do Antigo Regime, “mestre e senhor de sua mulher” (p. 338).

Delumeau finaliza seu capítulo com este comentário relativo aos homens da Renascença: “Deram-nos dela menos um retrato real do que uma imagem mítica. A ideia de que a mulher não é nem melhor nem pior do que o homem parece ter sido estranha aos dirigentes da cultura escrita.” (p. 349).

Apontado o panorama, na perspectiva de Delumeau, quanto ao medo que a mulher inspirava – e as consequências disso sobre ela – no período estudado pelo historiador, passemos a algumas reflexões da historiadora Régine Pernoud, que se reporta ao imaginário sobre a mulher durante a Idade Média.

Pernoud ([1978]1994) nos relata que, no ano internacional da mulher de 1975, a imagem da Idade Média retornou com força durante os colóquios, simpósios e seminários realizados na França. O nome de Eleonora de Aquitânia surgiu com admiração, mas ao mesmo tempo fazendo-se referência a sua extensa prole (dez filhos – de dois casamentos, mais especificamente: dois de Luis VII, os outros de Henrique II – um deles ficou conhecido como Ricardo Coração de Leão). Pernoud deseja buscar os estudos existentes sobre a situação da mulher na França medieval, fazendo referência a trabalhos da sociedade Jean Bodin, que editou, de 1959 a 1962, dois volumes alentados sobre o tema, em várias sociedades, mas dedicou poucas páginas ao Ocidente medieval.

Ela informa, contudo, que nos tempos feudais a rainha era coroada assim como o rei, não necessariamente na mesma catedral, mas sempre pelas mãos do arcebispo de Reims. O casal estaria, pois, em pé de igualdade. A última rainha a ser coroada foi Maria de Médicis, em 1610, em Paris, justamente na véspera do assassinato do rei, Henrique IV, no período da guerra dos Cem anos. Já então (século XVII) se manifestava a menor importância dessa coroação, em função da guerra. Ainda no século XVII, contudo, “a rainha desaparece literalmente da cena em proveito da favorita” (p. 103). Maria Antonieta, a última rainha, teria tentado retomar parte desse poder, e foi aconselhada a recuar. Sabemos qual o destino dela.

Outra sorte tiveram rainhas como Eleonora de Aquitânia e Branca de Castela: exerceram de fato influência em várias áreas, e tiveram um poder efetivo no caso de ausência do rei. Nos tempos clássicos as rainhas perderam essa dignidade, passaram a segundo plano, sendo-lhes recusada qualquer função de caráter político ou administrativo. Sua imagem era de incapacidade de reinar ou de ser sucessoras em algum domínio. Sua influência, diz Pernoud, diminuiu paralelamente à ascensão do Direito romano na área jurídica, que sobrepujou o Direito consuetudinário; compreensivelmente, passou daí às instituições em geral e aos costumes. O Direito romano, tal como era concebido, assegurava e garantia bens, tráficos e negócios; soava como um instrumento de centralização e de autoridade, e sua cobertura acabou sendo reivindicada também pelo papado. Ele só foi admitido na Universidade de Paris, contudo, ao longo do século XVII (em função de ser um Direito imperial). O importante, nesse contexto, é que, em conjunto com a admiração sentida pela Antiguidade, vão se modificando inevitavelmente costumes e mentalidades. E essa forma de Direito

[...] não é favorável à mulher, nem tampouco à criança. [...] É o direito do *pater familias*, pai, proprietário e, em sua casa, grande-sacerdote, chefe da família com poderes sagrados, sem limites no que concerne a seus filhos: tem sobre eles direito de vida e de morte – e da mesma forma sobre sua mulher, apesar das limitações, tardiamente introduzidas sob o Baixo Império. (PERNOUD, [1978]1994, p. 105-106).

Pernoud relata que o rei francês Filipe, o Belo, influenciado por legisladores meridionais (início do século XIV), assumiu a primeira disposição para afastar a mulher da sucessão ao trono. Os juristas, com base no Direito romano, estenderam o poder do Estado para restringir a capacidade de ação da mulher, especialmente no casamento.

Pernoud lembra, em favor da Igreja, e contrariamente aos costumes dos tempos feudais e muito além, que a Igreja lutou contra uniões impostas pelas famílias, reclamando liberdade de escolha dos interessados no casamento. O foco de sua discussão, no entanto, é relativo a um enunciado ouvido por ela em transmissão radiofônica, de um escritor: ele dizia que apenas no século XV a Igreja teria admitido que a mulher tem alma. Ela observa a estranheza de mulheres sendo admitidas, durante séculos, no batismo, na confissão e na Eucaristia sendo consideradas seres sem alma. Lembra ainda que os primeiros mártires honrados como santos eram mulheres, não homens. E, claro, pergunta-se se a Virgem Maria era desprovida de alma.

Ainda em defesa das atitudes da Igreja, Pernoud evoca as abadesas que eram senhoras feudais instruídas com um poder respeitado pelos senhores; as que usavam o báculo como os bispos; as que administravam territórios, recebiam o dízimo e doações; as que escreviam e ensinavam. Pernoud se refere, nesses casos, aos tempos feudais. Ela não considera surpreendente, pois, que esse período termine por uma figura de mulher: Joana D'Arc. Mas é surpreendente, para ela, que tenha havido tanta rigidez no final do século XIII: Bonifácio VIII decide que as monjas permanecerão em clausura total a partir daí, e as leigas penitentes, que levavam uma vida cotidiana normal, salvo pelo voto religioso, viram seu modo de vida restringido ou não tolerado. A partir de então, para a mulher “tudo o que lhe conferia alguma autonomia, alguma independência, alguma instrução, lhe foi, pouco a pouco, retirado depois da Idade Média” (PERNOUD, [1978]1994, p. 113-114). Como consequência, os conventos deixam de ser, paulatinamente, centros de estudo, de saber e de ensino. A vida eclesiástica e intelectual é negada à mulher.

Que dizer, porém, das mulheres comuns, nem rainhas, nem castelãs, nem damas de posses? Sua história não foi contada em detalhes e ainda exige muito trabalho histórico. Ela conta algo, porém, a partir dos inquéritos ordenados por Luís IX (futuro São Luís,

canonizado por Bonifácio VIII em 1297, 27 anos após sua morte em Túnis, durante a VIII Cruzada). Diz a pesquisadora que, por meio desses inquéritos, realizados por servidores do rei nas províncias do reino, pormenores colhidos ao acaso nessas visitas de supervisão “mostram homens e mulheres através dos menores atos de suas existências: aqui a queixa de uma cabeleireira, ali a de uma salineira (comércio do sal), de uma moleira, da viúva de um agricultor, de uma castelã, da mulher de um cruzado, etc.” ([1978]1994, p. 115). Nesses documentos, que merecem estudo sistemático, ela observa, por exemplo: mulheres votando em assembleias urbanas ou em comunas rurais diferentes umas das outras. Em atas notariais, observa Pernoud, “é muito frequente ver uma mulher casada agir por si mesma, abrir, por exemplo, uma loja ou uma venda, e isto sem ser obrigada a apresentar uma autorização do marido.” ([1978]1994, p. 116). Além disso, em registros de impostos conservados mostra-se, no final do século XIII, mulheres exercendo funções: professora, médica, boticária, tintureira, miniaturista etc.

Recordemos, no entanto, a pressão exercida pela influência do Direito romano no final do século XVI, decretado pelo Parlamento em 1593: a mulher é afastada de funções estatais, e é confinada ao que

[...] foi sempre seu domínio privilegiado: os cuidados domésticos e a educação dos filhos. Até o momento em que isto, também, lhe será retirado por lei, porque, destaquemos, com o Código de Napoleão ela já não é nem mesmo a senhora de seus próprios bens e desempenha, em sua casa, papel subalterno. ([1978]1994, p. 116-117)

Pernoud lembra, apesar de tudo, que o primeiro tratado sobre educação publicado na França deveu-se a uma mulher, Dhuoda, que o escreveu em versos latinos no período de 841-843, para uso de seus filhos.

O que Pernoud mostra, enfim, no exame feito é uma degradação do lugar que a mulher ocupava no mundo feudal relativamente à adoção da legislação “à romana”. Ela levanta uma questão, porém, que diz respeito às reações feministas em seu movimento:

[...] tudo se passa como se a mulher, eufórica pela ideia de ter penetrado no mundo masculino, continuasse incapaz da força de imaginação suplementar, que lhe seria necessária, para levar a este mundo seu traço particular, precisamente aquele que faz falta à nossa sociedade. (PERNOUD, [1978]1994, p. 118)

Antes que deixar-se levar por uma possível “admiração inconsciente” pelo mundo masculino, tratar-se-ia, para Pernoud, de não perder a própria identidade, de acreditar na própria originalidade.

Ao observarmos a imagem da mulher contextualizada por Delumeau e Pernoud, é possível notarmos uma imagem contraditória feminina que persiste – ao longo do tempo – na história e na sociedade: venerada em algumas situações e temida em outras, forte porém subordinada, determinada mas considerada incapaz, assim a mulher era vista e caracterizada sob a óptica dos valores e costumes relatados por Delumeau e Pernoud.

Na atualidade, essa visão contraditória ainda marca a heterogeneidade do feminino na sociedade brasileira. A mulher conquista espaços e reconhecimento, paulatinamente, mas ainda é, às claras ou dissimuladamente, colocada à sombra do homem, pois, ao tentar ocupar posições tradicionalmente consideradas masculinas, corre o risco de ser criticada e, de certa forma, impedida. A mulher mostra sua capacidade e sua independência mas ainda enfrenta a suposta superioridade masculina.

Na caracterização dos *acontecimentos* explicitados no próximo capítulo observamos a visão dupla que se faz/tem da mulher frente a seu papel social e histórico.

3 O ACONTECIMENTO

Neste capítulo remetemos, a partir de um acontecimento histórico, aos acontecimentos enunciativo e discursivo, como perspectivados em Análise de Discurso, que o processo de impeachment e a veiculação da reportagem da revista *Veja* (*Bela, Recatada e “do Lar”*) possibilitaram fazer emergir.

O processo de *impeachment* surge na história da política brasileira como uma ruptura no tecido político. A reportagem da revista *Veja*, circulando na atualidade pelos meios de comunicação, é tomado como acontecimento enunciativo, e ambos, cada um em seu nível, possibilitaram interpretações e produziram sentidos diferentes, foram discursivizados. A discursivização desses acontecimentos é o núcleo do capítulo.

3.1 O ACONTECIMENTO HISTÓRICO: *IMPEACHMENT*

O ano de 2015 – ano em que Dilma Rousseff assume a presidência do Brasil pela segunda vez – destaca-se na história brasileira por ser marcado pela instauração de uma crise econômica e política no país e, decorrente desta crise, o início do processo de *impeachment* da presidenta. Este evento, de grande destaque no país, é considerado um acontecimento na história do Brasil; para Pêcheux (2008, p. 19), o acontecimento é algo que surge na/da atualidade, guardando uma memória e provocando um circuito de respostas/reações de tons variados. Na história política brasileira, podemos considerar o processo de *impeachment* como um acontecimento relevante: uma ocorrência que surge ou ressurgir na atualidade destacando uma realidade social e política da história atual do país.

Rassi (2012, p. 45) afirma que “a AD compreende o acontecimento histórico como o recorte de um fato ou sequência de fatos ocorridos em um tempo e em um espaço”. Nesse sentido, quando afirmamos acima que o acontecimento é um evento que pode ser novo ou não, que pode ressurgir na atualidade, na verdade estamos nos referindo à memória que este faz ressurgir, no fato novo, ocorrências semelhantes que marcaram a história de um povo, de um país, que possibilitam que um acontecimento possa ser caracterizado como histórico. Quando caracterizamos o acontecimento *impeachment* como histórico, é possível voltarmos na história brasileira e lembrarmos esse acontecimento em épocas distintas: em 1954 com Getúlio Vargas, e em 1992 com Fernando Collor de Mello. Na verdade, são acontecimentos cronologicamente distintos, mas historicamente semelhantes, pois em ambos o Brasil enfrentava uma crise econômica e política.

Getúlio Vargas, entre os anos 1951 e 1954, exerce seu segundo mandato na presidência do Brasil; este período ficou conhecido como “a nova era de Vargas”. Em consonância com Silva (1994, p. 97), o retorno de Vargas ao poder significou “a retomada da política populista, de maior aproximação entre o governo e as camadas populares urbanas. Os sindicatos recuperaram sua autonomia e passaram a representar com mais liberdade a massa trabalhadora urbana”. Nesse viés, Vargas adotou uma política econômica nacionalista, assim como adotou uma postura de defesa e preservação das riquezas nacionais, uma das quais foi o projeto para a criação da Petrobrás (SILVA, 1994, p. 98).

Com essa postura de político populista, Vargas teve de enfrentar adversários que não concordavam com sua política econômica nacionalista, e enfrentou também fortes tensões sociais ocasionadas pela alta da inflação e do custo de vida, que atingiu, principalmente, a classe operária. Em decorrência disso, uma onda de greve se instaurou – sindicatos e associações trabalhistas não conseguiram impedi-la, pois os aumentos salariais não cobriam o alto custo de vida. Na tentativa de solucionar ou, pelo menos, amenizar essa situação, Vargas decreta em 1º de maio de 1954 o aumento de 100% do salário mínimo. Por tal façanha, novamente o presidente é atacado por seus adversários e pelos empresários, que consideraram absurdo o aumento salarial. Getúlio Vargas é acusado pela grande imprensa de ser ladrão e corrupto, pois, como o presidente tinha a seu lado políticos e funcionários públicos corruptos, perdeu o controle sobre a corrupção e a insolência desses em seu governo (SILVA, 1994, p. 98).

Na madrugada de 5 de agosto de 1954, o principal inimigo de Vargas, Carlos Lacerda, sofre um atentado e escapa com vida, porém o major Rubens Florentino Vaz, que o acompanhava, é atingido e morre. Esse crime estoura no país como uma bomba, pois o responsável por sua organização foi o chefe da guarda pessoal de Vargas, Gregório Fortunato. Com isso, Getúlio Vargas passou a ser acusado do crime, mas afirmava ser inocente. Com a repercussão do crime no país, a Aeronáutica e o Exército mobilizaram-se e exigiram a renúncia do presidente. Getúlio propõe, aos ministros militares, afastar-se temporariamente, mas os generais não aceitam e a oficialidade exige sua renúncia. Vargas, não suportando tamanha pressão, não espera o resultado do processo e suicida-se em 24 de agosto de 1954 (SILVA, 1994, p. 98 e 99).

Conforme o relato sobre a trajetória política de Getúlio Vargas, podemos observar que a renúncia imposta ao presidente pode ser considerada como um processo de *impeachment*, pois, como afirma Nogueira (1994, p. 152), “*impeachment* [...] consiste em impor a determinados agentes políticos (presidente da República, governadores, prefeitos) seu

afastamento do cargo em virtude de uma acusação de natureza política”. Assim, há o primeiro processo registrado na história política brasileira.

Anos mais tarde, a Constituição de 1988 define como presidencialismo a forma de governo do Brasil e, em 1989, Fernando Collor de Mello é eleito o primeiro presidente eleito por voto direto do povo (SILVA, 1994, p.124 a 126).

Em 1990, ao assumir o poder, Collor lança um novo plano econômico, nomeado como Plano Collor. Conforme Silva (1994, p.127), o Plano Collor foi um fracasso e levou a economia do país à decadência, o que fez com que o Brasil vivesse a maior crise econômica de sua história. Essa situação colaborou para que a imagem do presidente Collor fosse denegrada. O envolvimento de alguns ministros e secretários de Estado em escândalos de corrupção, desvio de verbas e tráfico de influência também contribuiu para que Collor fosse cada vez mais rejeitado pela população brasileira (SILVA, 1994, p. 127 e 128).

Entre as inúmeras acusações em que o nome de Collor é envolvido, a de estar envolvido com o Esquema PC – rede de corrupção e tráfico de influência coordenado por Paulo César Farias – pesou substancialmente sobre a imagem e a ruína do governo Collor, pois o próprio irmão do presidente, Pedro Collor, em entrevista à revista *Veja*, confirmou o envolvimento de Fernando Collor com o Esquema PC (SILVA, 1994, p.128).

Com a entrevista bombástica dada por Pedro Collor, o Congresso Nacional decide criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as afirmações feitas por Pedro. Com as investigações, foram confirmadas as acusações contra PC Farias e comprovado o envolvimento do presidente Collor. Após a CPI atestar a corrupção praticada por PC Farias e a participação de Collor, a nação mobilizou-se para pedir a punição dos corruptos e a restauração da moralidade pública; em passeatas e manifestações públicas, pediam o *impeachment* do presidente e a prisão dos corruptos (SILVA, 1994, p. 128).

Assim, em 29 de setembro de 1992, após uma votação na Câmara Federal, deu-se abertura ao processo de *impeachment*. Collor é afastado por 180 dias, e, mesmo com sua popularidade arruinada e seu nome envolvido em diversos escândalos, ele ainda acreditava que pudesse voltar à presidência; tenta convencer a opinião pública, mostrando-se como vítima e inocente das acusações. Em 29 de dezembro de 1992 – dia do julgamento do *impeachment* pelo Senado – Collor renuncia à presidência na tentativa de ter seus direitos políticos preservados, porém o Senado decide proceder ao *impeachment*.

Sob a luz da Análise do Discurso (AD), podemos assumir que o processo de *impeachment* consiste em um acontecimento – no caso, histórico. Para Pêcheux (2008, p. 17), acontecimento é “o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. É importante

salientar aqui que, quando o autor refere-se à memória, não se trata da memória individual, no sentido diretamente psicologista, de recordações pessoais, mas nos sentidos entrelaçados da memória mítica, da inscrição em práticas da memória social e da construção da memória do historiador (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Isso leva, inevitavelmente, a refletir, conforme direção indicada por Pêcheux, sobre um campo de pesquisas que vai de uma referência explícita à Linguística até o que diz respeito às disciplinas de interpretação que lidam com o espaço de memória: as Ciências Humanas e Sociais – jogando, necessariamente, nas práticas de análise do discurso, com o cruzamento da descrição e da interpretação nas redes de significantes (PÊCHEUX, 2008, p. 54).

Nesse sentido, o acontecimento *impeachment* consiste/consistiu em uma atualidade no momento em que surge/surgiu no cenário político brasileiro referindo-se a um político – Vargas, Collor, Dilma –, ou seja, nos três processos de *impeachment* relatados anteriormente, constituiu-se uma atualidade, um fato novo, e este organiza-se na atualidade evocando a memória, trazendo à tona dizeres e conceitos, bem como uma rede de relações associativas implícitas desses. Como afirma Le Goff (1996, p. 24) “o passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história”; nesse sentido, num acontecimento histórico há traços do passado que ressurgem na atualidade com um sentido diferente, propiciando diferentes interpretações, novos gestos interpretativos.

Para Furlanetto (2015, p. 51), “um acontecimento histórico interessa pela possibilidade de ser discursivizado”; nesse viés, na atualidade brasileira, a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff outros acontecimentos podem ser desencadeados. Dito de outra forma, o acontecimento histórico *impeachment* pode ser discursivizado de diferentes maneiras e produzir diferentes sentidos.

Nesse sentido, para a AD o acontecimento em si não é relevante, o que interessa é sua tomada como ocorrência histórica passível de interpretação. Rassi (2012, p. 44) confirma isso ao afirmar que “nenhum acontecimento é histórico por natureza; faz-se necessário o discurso para reconstruí-lo como tal e estabelecer o seu sentido, que só ganha existência no interior de uma série”. No tocante a esta pesquisa, com o acontecimento histórico “processo de *impeachment*”, é pertinente analisarmos a discursividade que os enunciados da reportagem da revista *Veja* produziram: esses enunciados compõem um Acontecimento Enunciativo.

3.2 O ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO: *BELA, RECATADA E “DO LAR”*

Ao assumirmos o processo de *impeachment* como um acontecimento histórico, observa-se que ressurgem no contexto sociopolítico brasileiro questões políticas variadas, até antes já evidenciadas na história política do país. Porém, tendo como protagonista a política Dilma Rousseff, além da crise econômica e política instaurada no Brasil, um outro fator o diferencia, por uma característica inédita, dos casos de *impeachment* registrados na história brasileira até então: desta vez quem está no poder é uma mulher. Por se tratar da ocupação do poder por uma mulher e, por esta ter sua capacidade de liderança e governabilidade questionada e posta em xeque em um processo de *impeachment*, inúmeras situações divergentes surgem.

No desenrolar desse processo, Dilma é afastada por 180 dias e Michel Temer assume a presidência, substituindo-a. Ser substituída por um homem foi o suficiente para motivar especulações. Nesse ínterim, a mídia endereçou sátiras a Dilma, não economizando na crítica. Recebeu especial atenção a reportagem da Revista *Veja* (edição especial nº 2474), em 20 de abril de 2016, sobre a esposa de Michel Temer, Marcela Temer – que se tornou primeira-dama –, com o título: “Bela, recatada e do lar”, que enuncia características referentes a Marcela e possibilita interpretações sobre ela. Sousa e Fernandes (2011, p. 2) afirmam que um enunciado é aquilo que é dito em um processo de enunciação concreta, que o enunciado, em uma comunicação discursiva, é tudo que pode ser visto ou ouvido. Para Pêcheux (2008, p.16), um dos caminhos para se refletir sobre o discurso – como estrutura ou acontecimento – é tomá-lo a partir de um enunciado. Nesse caso, um enunciado em uma situação específica e em um momento determinado compõe um acontecimento enunciativo.

Corroborando, Guimarães (2002, p. 11) afirma que “a enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, se faz pelo funcionamento da língua” e que “não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico”, assim o acontecimento enunciativo vai além das palavras enunciadas, no caso da pesquisa, pela revista, por o enunciado propiciar o trabalho de sentidos em seu contexto e atualidade.

Em consonância a isso, o que um enunciado traz, em sua formulação linguística, provocará sentidos diferentes que estarão relacionados com a situação e o contexto abrangente. Nesse sentido, percebe-se que os enunciados midiáticos são inseridos em redes de memória que estabelecem um diálogo interdiscursivo constante, através de representações constituintes do imaginário social, utilizados para fixar e/ou para desconstruir imagens. Assim, estando a mídia no cerne da sociedade, ora fletindo a realidade, ora orientando-a e

influenciando-a, o acontecimento enunciativo em questão, sendo um produto midiático veiculado pela revista *Veja*, possibilita a criação e a circulação de sentidos por fazer parte do dizer social.

Seguindo as formulações de Pêcheux (2008, p.19), o acontecimento, no presente caso o enunciado “bela, recatada e do lar”, em seu contexto atual convoca a memória e faz com que os sentidos sejam construídos. Observando-se que o título utilizado pela revista, na reportagem midiática, permite-nos olhá-lo como um enunciado, podemos caracterizá-lo como um acontecimento enunciativo.

Pêcheux (2008, p. 53) afirma que “todo enunciado, toda sequência de enunciados é [...] linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação”. Assim, o acontecimento enunciativo “bela, recatada e do lar” convoca a memória. Levando em conta a afirmação de Rassi (2012, p. 47) ao dizer que um acontecimento só pode ser considerado *acontecimento* se produzir sentidos e desestabilizar sentidos já existentes, é relevante observarmos, nos acontecimentos explicitados, sua discursivização.

Atentemos, inicialmente, para o uso de *recatada* nesse contexto, que se junte semântica e ideologicamente a *do lar*. Em seu dicionário etimológico, Cunha (1982) apresenta assim o verbo *recatar*: *recatar* vb. ‘guardar com recato ou segredo’ 1500. Do lat. **recaptare* (de *captare*) | **recat**O XVI. Der. regress. de *recatar*. Pode-se ler aí: guardar em segredo ou guardar-se, esconder-se, afastar-se. *Recatada* poderia ser tomada como impulsionada ao isolamento, no espírito do patriarcalismo, antes que uma qualidade espontânea. Ela retorna, então, como nostalgia no caso da qualificação (não autodesignação) de Marcela, com o matiz de algo singular e fantástico. Já que ela existe, é preciso ressuscitar palavras “aposentadas”, pondo-as a brilhar como manchete. Entretanto, Marcela continua muda perante o público (salvo melhor juízo), visto que se mantém recatada.

3.3 *BELA, RECATADA E “DO LAR”*: O ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Partindo-se da afirmação de Furlanetto (2015, p. 51) de que a possibilidade de discursivização de um acontecimento histórico é que, discursivamente, interessa, acreditamos que isso tenha valia, também, para um acontecimento enunciativo. Com isso, cabe-nos tomar de partida o processo de *impeachment* como um acontecimento histórico e o enunciado – produzido pela revista *Veja* – “bela, recatada e do lar” como um acontecimento enunciativo, e observarmos a discursivização deste.

Pêcheux (2008, p. 18 e 19) tenciona entrecruzar os caminhos “do acontecimento, da estrutura e da tensão entre descrição e interpretação” para tratar o discurso. Com isso, o autor nos mostra que o acontecimento discursivo resulta do acontecimento histórico discursivizado, ou seja, o acontecimento histórico é inscrito no interdiscurso (memória) pelo acontecimento discursivo.

Por esse caminho, com o acontecimento histórico *impeachment* fornecendo dados e ocasionando a produção de enunciados pela revista *Veja* – reportagem midiática –, surge o acontecimento discursivo “bela, recatada e do lar”, que possibilita a construção de outros sentidos. E a mídia joga com essa abertura para influenciar os gestos de interpretação dos leitores.

Pêcheux (2008, p. 53) afirma que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. Nesse aspecto, nos acontecimentos já explicitados, as condições de produção que envolveram as acusações e o impedimento de Dilma Rousseff propiciaram à mídia o confronto entre as imagens das duas mulheres: Marcela – recatada – e Dilma – destemida e independente. Especialmente com a manchete *bela, recatada e “do lar”*, inúmeros conceitos e dizeres envolvendo a mulher – a forma como ela foi/é vista na/pela sociedade – ressurgiram.

Os conceitos e os dizeres sobre a imagem feminina que ressurgiram com a veiculação da reportagem da revista *Veja* vieram à tona através da memória; na verdade, a memória de um acontecimento passado é sempre (re)construída a partir de uma situação no presente. Para Pêcheux (1999, p. 52), “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”; sendo assim, os sentidos são construídos não só pelo que está exposto nos enunciados, mas também pela interpretação e pela historicidade que envolve esses elementos.

Orlandi (1999, p. 64) define a memória como “o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer”; desse modo, a memória refere-se à repetição de dizeres que surgem a partir de um fato histórico específico, podendo ser esquecida ou atualizada de acordo com o processo discursivo; é algo que fala sempre, antes, em outro lugar (ORLANDI, 1999, p. 64, 65).

A memória discursiva não se refere a recordações pessoais, institui-se de maneira coletiva e social, responsável por produzir as condições necessárias de um funcionamento discursivo e, portanto, possibilitar sentidos e interpretações diversas. Pêcheux (1999, p. 50)

considera que “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. É uma forma atualizada de perspectivar a memória.

O que possibilita a retomada de discursos já ditos, atualizando-os no tecido da historicidade do acontecimento discursivo, é um feixe de memórias que se atravessam. Assim, a materialidade de uma memória social determinada historicamente é constituída pela estruturação da discursividade. Nesse viés, assumindo a memória como um espaço de retomadas de discursos anteriores, observamos que ela propiciou o ressurgimento de conceitos e valores sobre a realidade feminina – tais como: submissão no período patriarcal, o lar como o lugar ideal e exclusivo; o machismo e a desigualdade entre os gêneros; e estes possibilitaram a produção de sentidos, constituindo, assim, o acontecimento discursivo.

Observa-se, também, que outras questões sobre o feminino, que estavam esquecidas ou apenas à sombra, vieram à tona na mídia, refletindo a visão e a posição da mulher, interligando-as com as questões do político, da política e de gênero – que é, em última análise, uma questão sociopolítica.

A veiculação da matéria intitulada “Bela, recatada e do lar” fez com que as mulheres se manifestassem de diversas maneiras. Por exemplo, esse título foi usado como legenda de fotos com imagens antagônicas à mulher recatada e do lar; paródias foram feitas ao trocarem a expressão “do lar” por “do bar”; imagens consagradas – como a cangaceira Maria Bonita e Mona Lisa, de Da Vinci – foram usadas para ilustrar o título e provocar uma nova conotação. Assim, com a breve explanação é possível observarmos a discursividade produzida pela matéria da revista *Veja* e a possibilidade de explorar a multiplicidade de sentidos propiciada por ela. A fim de mostrar como funciona a discursivização provocada pela circulação de *posts* midiáticos, observaremos nesta seção dois memes, e ressaltamos que as concepções de mídia, meme e *post* midiático serão explicitadas no Capítulo 4.

O primeiro meme traz a imagem (Figura 1) de Marta Vieira da Silva, uma futebolista brasileira que, de acordo com o *site Wikipedia*, foi considerada, por cinco vezes consecutivas, a melhor jogadora de futebol do mundo, sendo recordista desse título. Na esfera do futebol, Marta faz parte de uma minoria e tem destaque na categoria, pois o futebol é uma profissão predominantemente masculina.

Figura – A bela, recatada e do lar no futebol



Fonte: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/suplementos/tecno/online/internautas-repercutem-materia-que-define-marcela-temer-como-bela-recatada-e-do-lar-1.1534860>>

No Brasil, o país do futebol, como é conhecido mundialmente, ser um jogador de futebol abre portas para ter prestígio, fama, dinheiro e reconhecimento mundial; é necessário, também, mostrar um bom preparo físico. Popularmente, o sentido construído sobre o esporte é de que futebol é coisa de homem, pois aquele que joga futebol, sobretudo profissionalmente, é bem visto na sociedade. Isso não significa, porém, que a balança tenha estabilidade: leis ou costumes também se abatem sobre figuras de sucesso. Por seu lado, a participação feminina não é tão comum nem tão prestigiada; pode representar uma espécie de invasão de “lugares” do masculino. Historicamente, a distinção profissional entre homens e mulheres se estabeleceu ao longo do tempo. Coracini (2007, p. 81) afirma que, nos séculos XVIII e XIX, os discursos dessa época sobre o trabalho profissional feminino diziam que

as profissões disponíveis para as mulheres não podiam atrapalhar ou perturbar a ocupação masculina: aos homens os cargos mais importantes e os melhores salários, bem como as profissões que eram, assim se acreditava, compatíveis com suas características biológicas: a força física e a inteligência. As mulheres deveriam se ocupar das profissões mais próximas de sua constituição biológica, que se manifestava por sua vocação à maternidade, pela paciência e pela bondade. (CORACINI, 2007, p. 81)

Sendo a força física usada para justificar a atribuição masculina a algumas atividades e/ou profissões, o imaginário que se consolidou de um jogador de futebol – capaz de ter resistência física para aguentar uma partida de futebol, rapidez para driblar a bola e planejar estratégias na hora do jogo – é proveniente de dizeres culturalmente consolidados no imaginário social, e percebemos que muitos enunciados que caracterizam e diferenciam

homem e mulher, como *futebol é coisa de homem*, *'isso' é coisa de homem*, *mulher é frágil*, entre outros, ainda são recorrentes na atualidade.

Assim, uma mulher que escolhe o futebol como profissão tem uma imagem contrária àquela mais cultivada social e culturalmente. Há, de certa forma, uma ruptura de padrões, segundo os quais uma mulher deveria se dedicar a atividades condizentes com sua constituição biológica. Frente a um discurso que enaltece as características “naturais” femininas para defini-la, uma mulher que opta por ser futebolista contraria a ideia de que uma mulher é frágil para jogar futebol ou, até mesmo, praticar outro esporte comum entre os homens.

Com relação ao imaginário de mulher construído e matizado ao longo da história e que é, de certa forma, ainda vivo na atualidade, a atuação feminina em áreas de predominância masculina como o futebol e a política ainda causa rumores. A candidatura e a eleição de Dilma Rousseff para a presidência do país levaram-na a ocupar um cargo que, no Brasil, era previsto para homens colocou-a em uma posição diferenciada em relação à da maioria das mulheres, e a expôs a situações em que sua condição de *mulher* teve relevância. Constantemente sua capacidade foi questionada e, explicitamente ou não, relacionada ao gênero feminino, e acusações sexistas foram frequentes em sua atuação na presidência.

A existência da desigualdade entre homem e mulher, masculino e feminino é constituída na organização social pelo elemento *gênero*. Scott (1995, p. 92) sustenta a ideia de que o gênero não só se refere ao significado antagônico homem/mulher, ele o estabelece. Nesse sentido, há, historicamente e socialmente, uma hierarquia. O imaginário de posição subalterna feminina ainda persiste e, oriundo da historicidade e de uma memória discursiva, assombra o presente por tornar vivo o passado.

O segundo meme observado traz uma foto que mostra uma união homoafetiva; na imagem (Figura 2), duas mulheres beijam-se na boca e a legenda da foto é *belas, recatadas e do lar*.

Figura – Belas, recatadas e do lar



Fonte: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2016/04/20/bela-recatada-e-do-lar-campanha-na-web-ironiza-perfil-de-marcela-temer-em-revista-veja-os-memes/>>

Se observarmos o meme pela óptica patriarcal, teremos uma condição totalmente oposta retratada na foto. A imagem observada possibilita-nos construir sentidos que mostram a libertação da mulher dos padrões preestabelecidos, e da posição idealizada em que a mulher devia encontrar-se. Há (supondo-se a espontaneidade da cena fotografada) a libertação afetiva e sexual da mulher, posição que ainda é conquistada paulatinamente. A imagem faz circular sentidos de que duas mulheres podem construir um lar, serem lindas, *recatadas* e se amarem. Mas o que seria *recatadas*, neste caso? É permitido supor ironia. Há aqui a quebra – ou tentativa de quebra – do tabu de que um lar deve ser formado por um homem, uma mulher e filhos, como em um comercial de margarina (que, em princípio, representa o modelo heterossexual de relação consistente e feliz). O carinho e o amor demonstrado pela união das duas mulheres levam a admitir a escolha – e a confirmação dessa escolha – feita pelas duas. Beauvoir (1967, p.158) esclarece que a opção sexual transcende o erotismo e o fator biológico, pois se refere à liberdade de escolha de cada um:

Em verdade, nenhum fator é determinante; trata-se sempre de uma escolha efetuada no coração de um conjunto complexo e assentado numa livre decisão; nenhum destino sexual governa a vida do indivíduo: seu erotismo traduz, ao contrário, sua atitude global para com a existência. (BEAUVOIR, 1967, p.158)

Sendo uma opção pessoal – e, até mesmo, uma afirmação existencial, como se compreende em Beauvoir –, fatores diversos são decisivos para que uma mulher opte pela união homoafetiva e sinta-se realizada. Para Beauvoir (1967, p.158), “é difícil traçar uma fronteira entre resignação e predileção: uma mulher pode dedicar-se às mulheres porque um homem a desiludiu, mas por vezes ele a desilude porque era uma mulher que ela procurava

nele”. De certa forma, a escolha de duas mulheres pelo relacionamento mútuo ocorreria pelo desejo de viver a vida da forma que consideram melhor. No meme em questão, podemos estar vendo a imagem de duas mulheres felizes e realizadas pela preferência do amor homossexual, porém a expressão “belas, recatadas e do lar”, aplicada a uma cena outra, permite uma multiplicidade de sentidos, valendo também para o questionamento de valores preestabelecidos: conceitos e questões sociais e culturais, como o preconceito, vêm à tona pela fuga do papel tradicional imposto à mulher; ao mesmo tempo, a expressão vale para remeter à fruição de novos direitos, apesar de tudo. Beauvoir (1967, p.161) afirma que uma relação homoafetiva é tempestuosa e ameaçada, pois os casais “são condenados pela sociedade, conseguem mal integrar-se nela”. A autora ainda salienta que haverá censura da sociedade, pois, por mais que haja sentimentos entre as duas mulheres – e uma assuma uma atitude mais viril e líder na relação –, a união terá diferenças com relação a uma união tradicional imposta pela sociedade, como a impossibilidade de concepção de filhos biológicos (BEAUVOIR, 1967, p. 161). Aliás, a possibilidade de que uma tenda a assumir o que seria o papel masculino também põe em questão um relacionamento equânime.

4 MARCELA E DILMA: DUAS IMAGENS

Neste capítulo, procuramos observar características *produzidas* para as duas mulheres que se destacaram no cenário político brasileiro recentemente: Marcela Temer – atual primeira-dama do país – e Dilma Rousseff – ex-presidenta do Brasil.

Marcela Temer, esposa do presidente em exercício Michel Temer, foi destaque em uma reportagem da revista *Veja* que teve ampla repercussão no país, mas chamou a atenção principalmente das mulheres. Ao caracterizar Marcela como uma mulher bonita, tímida, discreta e dedicada ao lar, a reportagem – construída por uma jornalista, embora segundo as regras da revista – trouxe à tona questões sobre o papel da mulher na sociedade, fazendo com que opiniões diversas fossem confrontadas: há mulheres que assumem e defendem a imagem de mulher submissa, dedicada ao lar; e há mulheres que rejeitam tal comportamento, defendendo a independência da mulher – e, certamente, não são essas as duas únicas possibilidades.

Na posição de mulher independente, Dilma Rousseff é a primeira mulher a chegar ao cargo mais importante do país, contrariando o paradigma. Pela proximidade não casual de cenário temporal, espacial e de personagens políticas, duas mulheres *são postas* em confronto, desmanchando certa posição no quadro político do gênero: ambas são mulheres, mas surgem posições *de direita e de esquerda* por esse mesmo motivo. O feminino não é Um, não é universal. É a primeira grande ruptura, que vai dividir a opinião pública e levá-la a produzir uma profusão de enunciados – muitos deles pela utilização de dispositivos midiáticos. Justifica-se precisamente esta afirmação de Butler (1998, p. 24, grifo no original) quando fala de “fundamentos contingentes”:

qualquer esforço para dar conteúdo universal ou específico à categoria mulheres, supondo-se que essa garantia de solidariedade é exigida **de antemão**, produzirá necessariamente facções e que a ‘identidade’ como ponto de partida jamais se sustenta como base sólida de um movimento político feminista.

Isto porque a identidade é sempre normativa. Na verdade, diz Butler (1998, p. 25), “o que mulheres significa foi dado como certo durante tempo demais e o que foi determinado como ‘referente’ do termo foi ‘fixado’, normalizado, imobilizado, paralisado em posições de subordinação. Com efeito, o significado foi fundido com o referente [...]”, o que levou a pensá-lo como inerente à natureza das mulheres.

4.1 DILMA E MARCELA: A MÍDIA E OS *POSTS* MIDIÁTICOS

A palavra *mídia*, usada com o mesmo sentido de imprensa, jornalismo, meio de comunicação e veículo, como afirma Guazina (2007, p. 49 e 50), é comumente empregada nos campos da Comunicação e da Política, e da Comunicação e Economia Política. Para a autora, é necessário estudar a mídia e a influência que exerce, ou ainda a “cultura midiática”, para compreender a relação entre a Comunicação e a Política, hoje, e como ela “influencia a visão de mundo das pessoas, em especial, os processos políticos”, visto que o termo ultrapassou a ideia de imprensa ou de meio de comunicação, englobando a política, o jornalismo, a publicidade, o marketing e o entretenimento em diferentes meios de comunicação. Assim, seu conceito vai além da tradicional emissão de mensagem pela comunicação: relaciona-se à conduta da comunicação de massa em diversas esferas, ou seja, influência que ela exerce sobre as pessoas – comunicação mediatizada ou cultura da mídia (GUAZINA, 2007, p. 55). Na perspectiva da comunicação, a mídia expõe à massa a informação, mas não se limita a isso.

Quanto ao jornalismo, um dos campos em que a mídia intervém maciçamente, Veiga (2012), em trabalho de cunho etnográfico de acompanhamento de rotinas produtivas do jornalismo televisivo com um olhar de gênero, observou que “os sistemas de valores dominantes da cultura social estavam imiscuídos como parte da cultura profissional e da identidade dos jornalistas” (2012, p. 491), o que significa que também atitudes em geral e valores associados ao masculino – como poder e prestígio – atuavam diretamente no processo de produção das notícias (construindo realidades) e na hierarquização profissional naquele contexto.

A autora explicita que “os jornalistas, no âmbito de suas identidades e exercício como profissionais, aparecem claramente como sujeitos constituídos por gênero” (p. 492). Como tais, acabam por refletir as propriedades das instituições com suas normas gerais, leis e simbologia, representações que tiveram tempo para se naturalizar e tornar-se bens de tradição – em suma, parte daquilo que Maffesoli designa por *imaginário*. Com isso fica evidenciado, embora mostrado em pequena escala, que “o jornalismo participa na formação de valores e na reprodução de relações de poder e produção de desigualdades que se fundam na cultura” (2012, p. 503).

Na mesma linha de questionamento, Veloso (2014, p. 408) evidencia o problema da relação mulher/mídia pela dimensão de discriminação e opressão no diálogo delas com os meios de comunicação, observando, além do fenômeno da superexposição da imagem sexual

das mulheres, a invisibilidade delas como protagonistas de notícias e a sub-representação no gerenciamento de empresas, silenciando sua presença em nível político:

Muito mais do que constituir sustentáculos para o exercício do poder pelas elites, os conglomerados de mídia podem influenciar a produção mental, uma vez que são também responsáveis pela massificação das ideias de uma época. [...] No caso brasileiro, analisar a posição feminina nesse campo significa refletir sobre como ampliar o som das vozes das mulheres em um país onde poucos grupos controlam a produção de conteúdo em um mercado que não respeita a legislação vigente, e onde parlamentares, grupos empresariais e religiosos operam concessões de rádio e televisão quase sem nenhuma regulação pelo Estado [...]

No *corpus* deste estudo, a reportagem *bela, recatada e “do lar”* foi veiculada à população pela revista *Veja*, que tem caráter de jornalismo impresso, embora suas edições também apareçam em meio digital. Pode-se supor que, como no ambiente de telejornalismo estudado por Veiga (2012), a atribuição de tarefas jornalísticas não seja aleatória. Seria possível imaginar que a reportagem de *Veja* coubesse a *um* jornalista, em vez de a *uma* jornalista? Ainda assim, cabendo a tarefa a Juliana Linhares, pode-se supor aí a direção esperada pelo imaginário da revista – o que ressoa como ironia.

Coube à mídia estabelecer a circulação e as reações frente à reportagem, que trouxe à tona conceitos e questões sobre o feminino, ao evocar, para a imagem de Marcela, traços e atributos de uma mulher mais condizentes com o imaginário dos séculos XVIII e XIX – delicada, recatada, casta, dedicada ao lar; como diz Moraes (2005, p. 497), “educada para ‘maternar’, cuidar dos outros”. Sendo a mídia um meio de legitimar – ou não – essa imagem de mulher ideal, diante das questões pertinentes da atualidade política brasileira envolvendo a presidenta Dilma Rousseff – vista com uma mulher independente –, houve uma significativa repercussão envolvendo as duas mulheres, criando-se oposição, portanto apagando-se a característica *mulher* no sentido determinativo de gênero, para fazer sobressair algo relativamente adormecido no imaginário coletivo: os deslizamentos resultantes do que se concretizara como conquistas femininas. A partir de então, outras reportagens, memes e charges surgiram na mídia refletindo a posição e a visão da mulher, imbricando-se a política com a questão política do gênero.

Com o avanço das tecnologias eletrônico-digitais, cada vez é mais acessível às pessoas o uso das redes sociais, e conteúdos midiáticos são facilmente repassados com o compartilhamento de arquivos. Assim, a veiculação dos memes é constante e habitual no cotidiano das pessoas.

Toledo (2009, p.140) traz o conceito de meme, criado por Dawkins e registrado desta forma no livro *O gene egoísta*, de 1976:

Precisamos de um nome para o novo replicador, um substantivo que transmita a idéia de uma unidade de transmissão cultural, ou uma unidade de *imitação*. ‘Mimeme’ provém de uma raiz grega adequada, mas quero um monossílabo que soe um pouco como ‘gene’. Espero que meus amigos helenistas me perdoem se eu abreviar mimeme para meme. Se servir como consolo, pode-se, alternativamente, pensar que a palavra está relacionada com ‘memória’, ou à palavra francesa *même*. (DAWKINS, 2001, p. 214 *apud* TOLEDO, 2009, p.140)

Toledo (2009, p.140) informa que meme pode ser “compreendido como uma unidade de cultura, um comportamento ou uma idéia que pode ser passado de pessoa para pessoa”. O autor acrescenta que a ideia de meme também consiste em imitar e/ou aprender algo com outra pessoa, ou seja, a repetição de ideias e comportamentos. Dado o contexto, busca-se analisar memes e posts midiáticos diversos que circularam após a veiculação da reportagem de *Veja*.

Se um meme traz a ideia de repetição, podemos observá-lo sob a luz da Análise do Discurso como “aquilo que fala antes, em outro lugar” (ORLANDI, 2013, p. 31), passível de repetição, ou seja, é o retorno do que já foi dito que volta no dizer, em princípio como um saber inconsciente. Esse saber discursivo que possibilita, em primeira mão, todo dizer – e o retorno inconsciente do dizer – constitui a memória discursiva. Como afirma Orlandi (2013, p. 33):

Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é o efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular, se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras.

Paralelamente, constitui memória também o conjunto de saberes disseminados institucionalmente em arquivos e o que é disseminado pelos vários meios tecnológicos, especialmente pela internet, e que é repetido e (re)lembrado por seu efeito de novidade e pela infinidade de reações espalhadas em rede.

Se podemos entender a memória (em geral) como o retorno do dizer, observaremos nos memes os efeitos produzidos pela repetição do enunciado *bela, recatada e “do lar”*, uma vez que este constituiu diferentes materialidades discursivas, o que nos possibilitou reconhecer ali um acontecimento. Pêcheux (2008, p.17) afirma que memória e atualidade encontram-se constituindo o acontecimento. É pertinente, então, observarmos diferentes materialidades midiáticas que remetem ao mesmo ponto – a veiculação da

formulação enunciativa *bela, recatada e “do lar”* –, mas que constroem significações diversas.

O meme observado na Figura 3, a seguir, parodia um cartaz produzido pelo artista gráfico Howard Miller a pedido do governo americano. Segundo Rodrigues (2014), o cartaz foi produzido com a intenção de convencer as mulheres a assumirem cargos masculinos, pois, em meio à Segunda Guerra Mundial, a mão de obra masculina era escassa, e a solução encontrada foi colocar as mulheres para ocupar cargos masculinos. Mas algumas mulheres demonstraram resistência; no intuito de convencê-las, campanhas publicitárias foram criadas. (RODRIGUES, 2014, p. 24 e 25). No cartaz criado por Howard, a imagem de uma mulher forte e austera é acompanhada pelo *slogan We can do it!* – traduzido como: Nós podemos fazer isso! *Nós* é a indicação impessoal da disposição dos interessados em esperar que mulheres pudessem repeti-lo com voz própria.

No meme parodiado, é anexada à imagem original a expressão *bela, recatada e “do lar”*. Nota-se que a imagem utilizada, aqui cortada na parte inferior, parece reproduzir um tórax masculino, sobre o qual foi inserido um rosto feminino de trabalhadora de fábrica, produzindo uma figura contraditória (punho indicando força e disposição agressiva).

Figura – *Bela...Recatada...E do Lar...*



Fonte: <<http://veja.abril.com.br/tecnologia/belarecatadaedolar-os-memes-sobre-a-reportagem-de-veja/>>

Observando-se que a imagem original do cartaz foi produzida no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), época em que o patriarcado ainda regia a conduta feminina, o desenho do rosto feminino traz uma expressão contrária ao imaginário dominante

nesse momento histórico. A imagem de uma mulher forte, austera e com ar viril contradiz a posição feminina esperada e prevê uma imagem feminina futura/atual.

Sendo a memória um espaço de retomadas, observamos que ora os sentidos remetem à imagem materna e doméstica da mulher, ora fazem-nos lembrar, como afirma Scott (2012, p.18), que a participação feminina no início da industrialização no Brasil – 1872 – era de 76%, ou seja, a mão de obra feminina teve participação na indústria; a mulher, por um momento, saiu do lar, porém, pelo aumento da mão de obra masculina, decorrente de imigração e migrações, retornou ao lar, perdendo seu espaço para o homem no mercado de trabalho; e ora trazem à tona a luta feminina e a quebra de barreiras que, paulatinamente, as mulheres efetivaram, e ainda efetivam, para ocupar seu espaço no mercado de trabalho e na vida pública. No meme, a expressão *bela, recatada e “do lar”* sugere o retorno da mulher a sua posição anterior – submissa, indefesa, sensível. Nesse sentido, a memória evoca sentidos como um bumerangue, que ora coloca a mulher em um papel ativo na sociedade, ora a silencia, a interdita e insinua que o lar é o seu lugar. Como destaca Coracini (2007, p. 89):

A mulher brasileira atual enfrenta preconceitos que constituem o imaginário discursivo de uns e de outros: por um lado, ainda é vista (e se vê) como uma figura secundária, um fator de ajuda ao homem: por outro lado, é vista (e se vê) como centro de toda opressão, um ser frágil que tem necessidade da proteção do homem e da lei: caso contrário, não conseguirá um emprego nem terá importância social. (CORACINI, 2007, p. 89)

A autora (2007, p. 89) ainda salienta que questões como essas sustentam não só a discriminação feminina mas revelam que “como mulheres, temos sido massa de manobra daqueles que detêm o poder – econômico e/ou político”. Desse modo, a presença e/ou a participação feminina só é bem-vinda e bem-vista quando necessária, quando significa colaborar, positivamente, com os interesses masculinos.

Isso vai ao encontro do que afirma Scott (1995, p. 89) quando relaciona a utilidade do conceito de gênero para esclarecer questões históricas e políticas. Para a autora, há grande resistência à inclusão de dados e registros na história política sobre as mulheres e o gênero. Assim, entende-se que há uma clara manifestação de poder, resultante de reflexos sociais e históricos, levando o masculino a prevalecer.

No *post* seguinte (Figura 4), temos a manifestação, em uma rede social, de mulher que se mostra incomodada com a possível afirmação que a reportagem de *Veja* sugere: lugar de mulher é no lar. Notamos, em uma postagem como essa, que o que inquieta o público feminino não é que haja mulheres dedicadas ao lar, pois trata-se de uma opção, de se ter a liberdade de escolha. O que parece movimentar as mulheres é que uma imagem feminina de

submissão e dedicação ao lar seja cogitado, mais uma vez, como ideal e normal. O *protesto* afirmado no *post* é contra a *ideia* de valorização unilateral de uma imagem, portanto diz respeito a um imaginário.

Scott (2005, p. 23), ao referir-se à igualdade e à diferença, afirma que os indivíduos são diferentes, e que tais diferenças não são individualizadas, e sim categóricas; categóricas por identificar grupos e classes. Nesse sentido, há mulheres que se identificam com a figura de mulher destinada ao lar, e há mulheres que são contrárias a essa imagem. Elas não podem, pois, ser tomadas genericamente como A mulher.

Figura – *Lugar de mulher é no lar?*



Fonte: <<https://theprocrastinadores.wordpress.com/2016/04/25/procrastinando-game-of-thrones-impeachment-e-o-fim-da-banda-larga-ilimitada/>>

Assim, a circulação da matéria da revista *Veja* levou ao confronto de imagens e posturas diferentes de mulheres diferentes. Nesse sentido, observemos as características supostas dessas mulheres, representadas por Marcela Temer e Dilma Rousseff.

4.2 MARCELA TEMER E SUA IMAGEM

Ao observarmos o título da reportagem – *Bela, recatada e “do lar”* – atribuído na/pela revista *Veja* a Marcela Temer, nota-se o uso dessas palavras para, resumidamente, descrever Marcela, criando certa aura. Ao longo da reportagem muitas afirmações visam a justificar tais características como positivas.

A beleza é destacada em afirmações como “Marcela sempre chamou a atenção pela beleza” e “Marcela comporta em seu *curriculum vitae* [...] dois concursos de miss”, pois, mulheres bonitas costumam chamar a atenção das pessoas e podem participar de concursos de beleza. Essas afirmações sustentam o uso da palavra *bela* e constroem os sentidos atribuídos a Marcela. Também podem despertar, contudo, o efeito de se destacar um atributo que seria secundário e conducente à ideia de superficialidade após tantas manifestações, no curso do tempo, realizadas para fazer ruir essa imagem e construir outra identificação.

Ao falar em sentidos, consideramos suas condições de produção, pois não há sentido no dizer em si mesmo ou meramente nas intenções de quem diz. Os sentidos se vinculam a condições de produção, que consideram os sujeitos, a situação e o contexto sócio-histórico, ideológico no tecido cultural – o imaginário. Os sentidos estabelecem as relações que eles mantêm com uma memória e, também, são remetidos a certos espaços discursivos e não outros – o que abre para se compreender os processos discursivos que aí ocorrem. Nesses processos há um jogo imaginário que preside aos dizeres, um jogo de situações e posições no qual os sujeitos fazem a imagem de si e dos outros – as formações imaginárias (PÊCHEUX, 2014, p. 85 e 86) que evidenciam as relações de força e de hierarquia no discurso.

Outra palavra usada na reportagem para caracterizar Marcela, como já observado, é o adjetivo *recatada*, atribuído a ela pelas afirmações de que “aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos” e, também, na declaração que faz a estilista Martha Medeiros: “ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”. Essas afirmações remetem ao modo de se portar e de se vestir; enfatizam, também, preferências nos modelos de roupas. Constrói-se, com isso, uma imagem desejável para a mulher, numa espécie de retorno nostálgico.

Tais formulações são reforçadas por outros enunciados no corpo da reportagem: “[...] ela apareceu em público pouquíssimas vezes”, “Marcela [...] sempre foi recatada” – que certificam a imagem de uma mulher séria, sóbria, despretensiosa e, até mesmo, pudica. Pelo exposto, o adjetivo *recatada* foi atribuído a Marcela pela observação que se faz de seu modo de vestir-se, pelas preferências nos modelos e cores das roupas, ou seja, houve uma interpretação construída através da imagem de Marcela. Davallon (1999, p. 28) afirma que “aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção de significação; esta não lhe é transmitida ou entregue toda pronta”. Assim, a imagem de uma mulher recatada é construída e endereçada a Marcela pela observação que se faz dela, assim como pela memória que suscita a imagem feminina tradicional, o modelo instituído nos séculos XVIII e XIX.

Há aqui o retorno (uma reanimação) da imagem ideal de mulher guardada na memória. Davallon (1999, p. 25), quando se reporta à significância da memória social fazendo sentido em um acontecimento, enfatiza que a memória é coletiva, e só preserva do passado o que “ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que o mantém”, ou seja, a memória coletiva. O acontecimento enunciativo “bela, recatada e do lar” trouxe para o acontecimento discursivo em estudo não só a imagem de Marcela fazendo ressurgir o papel tradicional da mulher dos séculos XVIII e XIX, mas também o retorno ao uso da palavra *recatada* e da expressão *do lar* em associação. Sendo a imagem considerada por Davallon (1999, p. 30) um operador de simbolização, podemos dizer que necessita de palavras que a representem, ou seja, as palavras *recatada* e *do lar* ressurgiram para representar uma mulher rara na atualidade. As palavras retornam ao presente para caracterizar uma mulher que também ressurgiu na atualidade, ou melhor, é trazida de seu silêncio à luz do palco, em um momento específico e raro da história do País. É algo como emergir das sombras da história.

Nas relações discursivas, palavras, sentidos e sujeitos estão em constante movimento e significação, sempre determinadas pela história. Assim, as palavras sempre significam, inscritas em espaços discursivos diferentes, e somos levados a interpretá-las: o gesto de interpretação é que efetiva a relação do sujeito com a língua, com a história, com o imaginário cultural.

Se, em um processo discursivo, as formações imaginárias estabelecem a posição e a imagem que os sujeitos ocupam e fazem de si mesmos (PÊCHEUX, 2014, p. 82), na relação discursiva são as projeções dessas imagens que constituem as diferentes posições e possibilitam passar de situações empíricas para as posições de sujeito no discurso, em uma conjuntura sócio-histórica e cultural. Nesse viés, a posição da mulher instituída imaginariamente, em termos de dominância, nos séculos XVIII e XIX é retomada na imagem construída de Marcela ao observarmos sua posição como uma mulher do lar.

A expressão *do lar* advém da *Belle Époque brasileira*, como afirma Scott (2012, p.16 e 17), época em que a mulher foi consagrada como a “rainha do lar”; o *ofício* feminino era dedicar-se à casa e à família, e oferecer amparo ao marido. Na reportagem, a expressão *do Lar* ressurgiu suscitando sentidos através da memória. A maneira como a memória aciona os discursos possibilita sua produção; assim, nos trechos “seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa...”, “Marcela é o braço digital do marido [...] mantém o marido informado”, certifica-se a retomada dos discursos que envolviam a mulher e que retornam: uma mulher que não exerce uma profissão e que se dedica a cuidar do filho, do

marido e da casa, ou seja, que elege a família e o lar como prioridade, é caracterizada, culturalmente, como “mulher do lar”.

Orlandi (2013, p. 31) afirma que a memória possibilita dizeres e a retomada deles; assim, o uso da expressão *do lar* convoca sentidos já significados em outra época. É possível observar nos trechos que expõem o cotidiano de Marcela que sua caracterização como “vice-primeira-dama do lar” é sustentada por discursos anteriores.

Para Orlandi (1996), “o sujeito não suporta não interpretar”; nesse sentido, ao observar o que é constante na aparência e no comportamento da esposa de Temer, é impossível não atribuir sentidos, e estes sentidos não são neutros, são gestos interpretativos. Para a autora (2013, p. 39), “os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros”.

Corroborando a designação verbal, a reportagem de *Veja* é ilustrada por uma foto de Marcela vestida conforme a descrição feita (Figura 5): vestido sem decote provocante, ombros cobertos e uma echarpe nos braços a fim de protegê-los – ambos na cor preta –, visual esse que vai ao encontro do que se espera de uma mulher discreta, sóbria. Na reportagem, a foto – imagem – é associada ao texto verbal para completá-lo ou confirmá-lo, atestando e direcionando as possibilidades de interpretação.

Figura – Imagem que compõe a reportagem da revista *Veja* (Ed. Especial nº 2474)



Fonte: <<http://www.giromarilia.com.br/guia-giro/secao/jeito-de-ser-moda-beleza/-noticia/bela-recatada-e-do-lar-vira-meme-e-campanha/5490>>

Souza (1997), prezando pelo olhar especializado no trato da visualidade da imagem, afirma que a imagem, peculiarmente, “se constitui em texto, em discurso”. Implica-se aí a significação e as interpretações possíveis que uma imagem pode prover. Provavelmente, aqui, a característica *recatada* foi atribuída a Marcela tendo em vista a constância de sua aparência e correlatas interpretações, ratificando a designação.

Em inúmeras situações, com efeito, o visual de Marcela confirma as afirmações acima; por exemplo, no lançamento do programa social *Criança Feliz*, do qual é embaixadora, a esposa de Temer usou um vestido azul claro e branco com renda artesanal, com decote alto e saia cobrindo os joelhos, prendeu levemente os cabelos e usou maquiagem leve, quase imperceptível, compondo um estilo clássico e sóbrio (Figura 6). Em 2015, na cerimônia de posse de Dilma Rousseff, Marcela usou um conjunto na cor rosa claro composto por uma saia pregueada, na altura dos joelhos, e uma blusa de renda renascença cobrindo os cotovelos, com os cabelos levemente presos e cacheados. (Figura 7).

Figura – Lançamento do programa social *Criança Feliz*



Fonte: <<http://ego.globo.com/moda/noticia/2016/10/marcela-temer-usou-vestido-de-r16-mil-em-evento-social-em-brasilia.html>>

Figura – Cerimônia de posse de Dilma Rousseff (2015)



Fonte: <<http://vejasp.abril.com.br/materia/marcela-temer-assume-gabinete-palacio-planalto>>

Souza (2001) destaca que a imagem (como ícone e índice de uma exterioridade) tem processos significativos diferentes em veículos de comunicação distintos. Para a autora, a imagem pode ter *status* de linguagem, de cenário ou de ilustração. Nas imagens referentes à aparência de Marcela, tomamos a imagem como linguagem não verbal, pois pode ser “lida” (melhor: interpretada), e ao mesmo tempo é “é multidirecional, depende do olhar de cada ‘leitor’.” (SOUZA, 2001). A autora, desse modo, caracteriza a imagem como um tipo de texto que informa, comunica e, em sua interpretação, constitui-se em discurso e sustenta discursos produzidos com textos verbais.

Assim, a aparência de Marcela, com seu estilo característico de vestir-se, constitui, ao mesmo tempo, manifestações discursivas designando-a como uma mulher recatada, elegante, discreta, e sustenta os discursos direcionados a ela, como “Marcela tem tudo para ser a nossa Grace Kelly”, “sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, “gosta de vestidos até os joelhos” e “aparece pouco”. Aqui, a beleza não aparece como atributo dominante, mas circunstancial, visto que a insistência na beleza levaria a gestos diferentes, mais consistentes com a tendência geral de pôr esse atributo como fundamental. O recato é a marca predominante no conjunto das qualidades femininas desejáveis, na construção jornalística de sua identidade.

4.3 DILMA ROUSSEFF E SUA IMAGEM

Eleita duas vezes consecutivas à presidência do Brasil, Dilma Rousseff mostrou-se desde cedo uma mulher engajada na vida política. Segundo o site do Palácio do Planalto da Presidência da República, Dilma integra-se a organizações de combate ao regime militar aos 16 anos, iniciando, aí, sua atuação política. A partir de então, militante ativa, é perseguida pela justiça militar e permanece por, aproximadamente, três anos presa. Após libertada, Dilma retoma seus estudos e seu envolvimento com a militância e a campanha pela Anistia, passa a fazer parte do partido político PDT e, posteriormente, do PT; assume cargos importantes como a diretoria-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre, a secretaria de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul, o ministério de Minas e Energia e outros. Diante de uma sólida carreira pública construída, Dilma candidata-se, em 2010, para a presidência do Brasil. Eleita e, sucessivamente, reeleita em 2014, a política chega ao posto mais importante de um país.

Sendo a primeira mulher a assumir a presidência do Brasil, Dilma tornou-se alvo de inúmeras questões referentes a estar no poder *e ser mulher*. Porém, sempre deixou transparecer sua personalidade forte, mostrando-se uma mulher com opinião própria e espírito de liderança. Selecionamos, dela, três imagens (fotos) correspondentes a três momentos de sua vida política, e uma charge que dispõe a uma interpretação contrastiva.

Observando a foto (Figura 8) do discurso de sua posse, em janeiro de 2011, verificamos que Dilma permite que se veja a imagem de uma mulher destemida. Em suas feições nota-se a expressão de alguém que fala com convicção; nos gestos das mãos, indicações de autoridade, de liderança. Se a imagem oferece, de alguma forma, uma representação da realidade, “ela pode também conservar a força das relações sociais (e fará então impressão sobre o espectador).” (DAVALLON, 1999, p. 27). Nesse sentido, temos na fisionomia e nos gestos de Dilma a confirmação da imagem de mulher forte que, como política, conseguiu agregar.

Figura – Discurso de posse de Dilma Rousseff (2011)



Fonte: <<http://adrianovincler.blogspot.com.br/2011/01/as-proposta-do-pt-em-2008-para-salto-de.html>>

Aqui não nos cabe produzir sentidos apenas pela descrição da foto em questão, mas observarmos a imagem de Dilma inserida em uma dimensão discursiva: a interpretação de sua imagem determinada social e historicamente; como afirma Souza (2001, p.4), interpretar uma imagem pressupõe “também a relação com a cultura, o social, o histórico, com a formação social dos sujeitos”.

Nesse aspecto, o surgimento de Dilma no cenário político, almejando o poder e ocupando um lugar até então considerado masculino (no imaginário), salienta uma mulher que representa uma posição condizente com as conquistas históricas dos dois últimos séculos, entrecruzadas de contradições, de ganhos e perdas, e colabora para a formulação e a produção de sentidos da imagem da política. Nesse momento, ela representa uma vitória de mulheres – não uma vitória *contra* os homens. Para Orlandi (2005, p. 9), a formulação dos discursos consiste em

dar corpo aos sentidos. E, por ser um ser simbólico, o homem constituindo-se em sujeito pela e na linguagem, que se inscreve na história para significar, tem seu corpo atado ao corpo dos sentidos. Sujeito e sentido constituindo-se ao mesmo tempo têm sua corporalidade articulada no encontro da materialidade da língua com a materialidade da história.

Nesse viés, os discursos sobre a mulher foram criados a partir de práticas discursivas cotidianas sobre o modo de ser feminino. O que se disse e diz sobre a mulher ao longo do tempo contribui, social e historicamente, para a formulação de dizeres que se acomodam na memória. No caso de Dilma, sua posição de esquerdista, militante e política contradiz um imaginário secular que, no entanto, foi dividido e perdeu uma suposta homogeneidade, a suposta *natural* referência de gênero calcada no masculino. Na

heterogeneidade das formulações, a posição (socialmente construída) esperada ou desejada para uma mulher é atravessada pela resistência, que induz à formulação de novos sentidos e à criação de discursos outros, ou seja, uma outra imagem feminina é construída.

Em outra foto (Figura 9) de Dilma Rousseff, que ilustra a capa de uma edição especial da revista *Época* – nº 913 de 12/2015 –, no período em que ocorria o processo de impeachment, a imagem é acompanhada do enunciado verbal “Ela resiste?”. Sendo a mídia um veículo de informação e comunicação que legitima – ou não – uma imagem, um acontecimento ou um produto, a imagem de Dilma representa o que é destacado na capa da revista; na foto de sua face, é possível observarmos uma expressão imponente e destemida, de quem se recusa a renunciar, e junto dela, o enunciado verbal “Ela resiste?” complementando a imagem e, de certa forma, colocando em xeque a reação de Dilma. Notamos a imagem da política sendo confrontada pelo questionamento e propiciando diversos gestos interpretativos. A revista *Época* vê na presidenta uma imagem de fragilidade diante da ameaça a seu governo: ela estaria apelando para estratégias emocionais: retórica (apelos) e mitos (não verdades, no caso), especialmente o que é denunciado como “golpe”.

Figura – Especial – *Impeachment* em *Época*



Fonte: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/12/impeachment-dilma-resistira.html>>

O sujeito que interpreta a capa da revista interpreta-a a partir de sua posição-sujeito em um contexto social, exteriorizando ideias e crenças que o imaginário lhe propõe e permite. A partir da observação da capa da revista, há a produção de significação; com relação a isso, Davallon (1999, p. 28) diria que quem observa uma imagem constrói sentidos, que não são meramente transmitidos nem estão prontos na imagem.

Vista como uma mulher que se destaca socialmente e politicamente, com uma postura divergente da mulher tradicional – aquela que segue os padrões preestabelecidos social e culturalmente –, tem sua imagem frequentemente questionada e comparada com a imagem de outras mulheres. Nas redes midiáticas surgem, constantemente, postagens sugestivas e críticas à sua posição de mulher. No meme que segue (Figura 10), no formato de cartum (creditado a Ribs, 2016), temos a imagem de Dilma empunhando o símbolo do feminino – representando uma arma, uma ferramenta – e olhando fixamente para o enunciado *bela, recatada e “do lar”* que parece estar plantado no chão como um edifício bem alicerçado.

Figura – Dilma versus “bela, recatada e do lar”



Fonte: <<https://blogclaraboia.blogspot.com.br/2016/04/bela-recatada-e-do-lar-mulher-zoeira.html>>

Note-se que, na imagem caricaturada de Dilma em ação, não é um sujeito mulher, menos ainda aquela definida com essas palavras, que ela estaria atacando; o que aparece em imagem visual, figurada, remeteria à representação de séculos de misoginia declarada, embora também rebatida e esmaecida em certos períodos, como mostramos com Delumeau

([1978]1989) na seção 2.5. Não se trata, aí, de indivíduos em disputa, mas de ideias, de imaginário, de estereótipos – no fundo, como historiado por Delumeau, de um *medo ancestral* protagonizado, inicialmente, por instituições – o aparato religioso, o jurídico, o médico –, a partir das quais os sujeitos individualmente foram profundamente influenciados. O simbolismo desse cartum remete, portanto, à memória contraditória de séculos de relações de gênero.

Manifestações do pensamento contrário ao caráter dócil solicitado à mulher surgiram na mídia. Uma das manifestações midiáticas no momento da veiculação de *Veja* foi uma reportagem de Djamila Ribeiro⁵ publicada na revista on-line *Carta Capital*, intitulada *Bela, Recatada e do Lar: matéria da ‘Veja’ é tão 1792*. A colunista, que é feminista assumida, manifesta sua opinião sobre a possível intenção da *Veja*, logo na linha de apoio da reportagem, com o enunciado “*a intenção é enaltecer Marcela Temer como a mulher que todas deveriam ser, à sombra, nunca à frente*”. Djamila detecta o intuito de se fazer oposição ao que Dilma representa. Há o propósito de confrontar a posição de mulher independente, destemida, e que se encontra fora do padrão de comportamento tradicional de mulher. A colunista afirma que na reportagem de *Veja* evidencia-se a tentativa de enaltecer a caracterização feita de mulheres como Marcela; é como se dissessem: “*mulher boa é a esposa, a primeira dama, a ‘que está por trás de um grande homem’*”. Mesmo indignada com a reportagem, Djamila deixa claro que não critica mulheres que optaram pelo lar e pela submissão, mas, como feminista que é, acredita que o problema está em eleger esse modelo como padrão. E declara: “Para boa feminista, meia imposição basta.” Sua referência a 1792 diz respeito a uma escritora, Mary Wollstonecraft, que já criticava certas imposições à mulher em sua obra *Reivindicação dos direitos da mulher*, considerado um clássico feminista. Ela censura até escritores de sua época, inclusive os iluministas, de quem se esperaria mais racionalidade. Daí a crítica à reportagem de *Veja*: “matéria da ‘Veja’ é tão 1792”.

Uma outra manifestação midiática que também critica a *Veja* é a reportagem de Rogério Galindo⁶, veiculada no *Gazeta do Povo* (versão on-line) e intitulada “*Bela, recatada e do lar*”: *10 motivos para a reportagem incomodar feministas (e não só elas)*. Logo nas primeiras linhas, Galindo afirma que o “*bela, recatada e do lar*” é uma tentativa frustrada de

⁵ Colunista on-line da CartaCapital; Mestre em Filosofia e pesquisadora na área de filosofia política e feminista. <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bela-recatada-e-do-lar-materia-da-veja-e-tao-1792>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

⁶ Jornalista, repórter e colunista da *Gazeta do Povo*. <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/bela-recatada-e-do-lar-10-motivos-para-a-reportagem-incomodar-feministas-e-nao-so-elas/>> Acesso em: 18 mar. 2017.

construção de imagem, e que serviu para acirrar as discussões sobre a visão da mulher no Brasil. Para justificar o incômodo que a reportagem causou às mulheres, o colunista lista dez motivos que questionam a posição e a situação de Marcela Temer – Michel Temer, também – e de Dilma Rousseff, como podemos observar nos seguintes itens (I) elencados como exemplo:

I1: [...] Imagine uma presidente da República de 75 anos que fosse casada com um homem 43 anos mais jovem. [...]

I2: Caso essa situação hipotética existisse, quais as chances de uma revista fazer uma reportagem sobre o primeiro-marido com o título “Belo, recatado e do lar”? Quais as chances de ele ser visto como um gigolô caso fosse “do lar”?

I3: Quais as chances, nessa situação, de a presidente ser chamada de “uma mulher de sorte” [...]

I4: A reportagem é publicada no exato momento em que a primeira presidente da história do país, depois de 127 anos de República, está sendo achincalhada por boa parte da população – o que faz passar a impressão que a mensagem é de que, com Marcela Temer, a mulher está finalmente “voltando ao seu lugar”, que é cuidar da casa esperando o marido.

I7: A ideia de ressaltar o fator “do lar” e o “bela” parece transformar Marcela [...] em algo decorativo.

I8: Já o “recatada” incomoda principalmente às mulheres porque dá a impressão de que o corpo delas continua sendo vigiado por padrões morais.[...] Não que o recato não possa ser visto como uma virtude: o problema é a virtude como imposição.

Explorando alguns dos itens exemplificados acima, logo nos três primeiros Galindo destaca ser Marcela 43 anos mais nova que Michel Temer e isso, aparentemente, não causar estranhamento, não suscitar julgamentos contra ela; porém, se fosse o caso de Dilma ser casada, hoje, com homem mais jovem, provocaria inúmeras manifestações maldosas, e ambos seriam alvo de preconceito. No caso da presidenta (que é divorciada), as críticas não podem ser dirigidas a seu cônjuge, mas diretamente a ela.

Uma outra reportagem, veiculada no site *El País*, escrita por Camila Moraes e intitulada *Marcela Temer e a volta do ‘primeiro-damismo’ no Brasil*⁷, faz ressurgir a questão de a presidenta do Brasil ser mulher e não estar casada – o que é inédito na história da república brasileira. Antes do mandato de Dilma Rousseff, todos os presidentes eram homens e casados, assim, sempre houve uma “primeira-dama” no país. Porém, com a eleição da presidenta, o “posto” de primeira-dama permaneceu vazio – não houve um “primeiro-

⁷ Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/05/politica/1475703599_233017.html>. Acesso em: 19 mar. 2017.

cavalheiro”, o que recai novamente sobre a posição de Dilma: ser presidente do país, mulher e sem companheiro, mostrando, mais uma vez, a estranheza que sua condição causou em um mundo político dominado pela masculinidade.

Com relação ao exposto no parágrafo anterior, podemos observar que o item 4 (I4) elencado por Galindo vai ao encontro dessa ideia. Posto em questão o lugar ocupado pela mulher, há aqui a possibilidade de se questionar se Dilma ocupa um lugar “certo” – uma mulher liderar o país e não ter uma vida semelhante à da maioria das mulheres – ou se o “certo” (porque tradicional) é um homem ocupar esse lugar – a presidência – e ter a mulher a seu lado. Indiretamente, percebe-se a direção de afirmar que um lugar de liderança, de presidência é um lugar masculino, e que a mulher deve ser coadjuvante, o que se sugere que a mulher retorne ao seu lugar.

A crítica apresentada pelo jornalista traz elementos que confirmam os sentidos que a reportagem de *Veja* provocou. Com relação a um possível retorno ao lar, como se esse fosse o lugar adequado para a mulher, percebemos a tentativa de silenciar a mulher, de colocá-la em uma posição inferior e contrária ao “estar no poder”. O retorno ao lar silenciaria a mulher ao impedi-la de participar da vida pública, de manifestar seu modo de pensar e de criticar ou opinar nas decisões masculinas. Na mulher silenciada, reclusa no lar, o homem reina sozinho e não tem a mulher como sua rival/concorrente. Em consonância a isso, Beauvoir (1970, p. 10), ao mencionar a obra *Rapport d'Urie*, de Benda⁸, mostra como o autor via a posição da mulher com relação ao homem (trecho citado entre aspas por Beauvoir):

“O corpo do homem tem um sentido em si, abstração feita do da mulher, ao passo que este parece destituído de significação se não se evoca o macho... O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem”. Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o "sexo" para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para êle, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 10)

Ao mostrar que Benda refere-se à condição submissa da mulher chamando-a de *o Outro*, Beauvoir faz com que percebamos esse conceito memorialmente retornando ao presente pelo desejo de que a mulher retorne ao lar e seja dependente do homem; é a manifestação do poder masculino sobre a mulher fazendo-a recuar e silenciando-a. Há porém, um último comentário de Galindo, em sua lista de motivos de “incômodo” para as mulheres

⁸ Julien Benda (1867-1956): crítico, escritor e filósofo francês.

em geral: é que Marcela é *Temer*: “É a beneficiária de um projeto político altamente questionável”, e pode dar-se a luxos proibidos para a maioria das mulheres.

Le Breton (1997, p. 88), em perspectiva antropológica, diz que, ao buscar silenciar, o poder procura “desenraizar a propagação da dissidência, forçando-a a ir por caminhos obrigatórios, impossibilitando-a de utilizar outros”; dessa forma, é conveniente para muitos homens que a mulher conforme-se com seu papel no lar e não se manifeste e nem revide as decisões masculinas, ou seja, que aceite sua submissão, seu papel secundário.

Aqui, é pertinente lembrar Scott (1995, p. 91). Quando a autora explana os termos, comuns na França no século XIX – masculino remetendo a líderes trabalhadores, e femininos, a seres subordinados e fracos –, notamos que o sentido dessas duas palavras refletem sentidos ainda na atualidade, compreendendo uma relação naturalizada entre homens e mulheres e constituindo hierarquias: o homem primeiro, em posição superior, e a mulher, secundária, subordinada. Nesse sentido, a autora (1995, p. 91) diz que a importância dada aos gêneros – masculino e feminino – é implícita, mas constitui a organização da igualdade e da desigualdade. Assim, é possível compreendermos a diferença entre homem e mulher significando as relações de poder: o homem pode, tem direitos, e a mulher ainda luta para conquistar seu lugar e seus direitos.

Voltando ao meme observado (figura 10), em que Dilma mostra-se revoltada com a construção do *bela, recatada e “do lar”*, é compreensível sua atitude, assim simbolizada pelo cartunista, pois, como mulher independente, atuante politicamente e, como explicitado, oposta ao padrão feminino socialmente desejado, os gestos interpretativos feitos a partir da observação do meme tornam-se pertinentes, possibilitando a construção de inúmeros sentidos que comprovam a posição ocupada por Dilma.

No próximo meme observado (Figura 11), a imagem que o compõe é uma foto da política em uma sessão da ONU – ocupando sua posição de mulher atuante na política – e a legenda que a acompanha é *Bela, Recatada e de LUTA!*, uma paródia da versão original *bela, recatada e “do lar”*.

Figura – *Bela, recatada e de LUTA!*



Fonte: <<https://br.sputniknews.com/brasil/201604204239343-Hashtagbelarecatadaedolar-Brasileiras-reagem-provocacao-machista-reacionaria-midia/>>

O jornal *Sputnik Brasil*, em que esse meme aparece, entende que “Marcela Temer é uma vítima”, visto que, para os defensores da campanha que ironiza a matéria de *Veja*, todas as mulheres estão sendo ridicularizadas.

Nesse meme reafirma-se a posição de uma mulher independente e ativa politicamente que Dilma representa. Ela pode ser bela por possuir uma beleza própria – como toda mulher –, mostrar-se uma mulher discreta e elegante no modo de vestir, mas o que realmente tem destaque é a expressão de LUTA – escrita com letras maiúsculas – enfatizando o caráter arrojado que ela demonstra, por mostrar-se uma mulher audaciosa em adentrar um mundo dominado por homens e conseguir ocupar o cargo mais importante de um país. Dilma sempre demonstrou ser uma mulher forte, decidida e dona da sua própria vontade e, mesmo quando sua capacidade foi questionada e sua carreira de presidenta interrompida, manteve-se firme. No meme parodiado, pode-se compreender que uma mulher que escolhe ter uma posição como Dilma não pode perder a coragem de encarar a realidade e a sociedade.

Observamos, assim, que Dilma Rousseff é vista como uma mulher independente, militante, e que enfrentou muitos obstáculos para conquistar o poder e chegar ao posto mais importante do Brasil: a presidência do País. Percebemos que a imagem de Dilma e sua representatividade na sociedade brasileira confirma-se nos *posts* midiáticos analisados, e nas fotos analisadas afirma-se sua posição de mulher austera e independente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando-se na realidade política brasileira o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff como uma novidade que marca a história do país, foi possível, com base nos estudos de Pêcheux (2008), considerá-lo um *acontecimento*.

Diante dessa atribuição, conceituamos os acontecimentos *histórico*: processo de *impeachment*; *enunciativo*: *bela, recatada e “do lar”*; e *discursivo*: conceitos e dizeres sobre a mulher que ressurgiram e produziram novos sentidos.

Entende-se que esses acontecimentos – em três níveis – e sua interligação, tendo como consequência os sentidos que as reações à reportagem suscitaram na mídia e junto às mulheres, em função de suas condições de produção e veiculação, mobilizaram a memória, que é intrínseca ao acontecimento, pois é através dela que saberes e dizeres sobre a mulher emergem. Como afirma Pêcheux (2008, p.17), atualidade e memória se cruzam resultando em um acontecimento; e é através do acontecimento que o confronto discursivo prossegue (2008, p. 20). Sendo relevante a discursivização de um acontecimento, buscamos observar a veiculação e a circulação de sentidos possibilitados e/ou produzidos pelos acontecimentos explicitados acima.

A pesquisa realizada teve como ponto de partida a reunião de *posts* midiáticos referentes à reportagem da *Veja bela, recatada e “do lar”*, Marcela Temer e Dilma Rousseff, e a partir deles, foram observados os diferentes gestos interpretativos possibilitados. Objetivou-se, aqui, investigar a maneira como estes movimentaram/mobilizaram os sentidos do acontecimento enunciativo *bela, recatada e “do lar”* imbricando a questão do político e a relação de gênero.

Na reportagem de *Veja* é atribuída a Marcela uma imagem tradicional de mulher, supostamente ideal, construída pelo imaginário social. Assim, procuramos observar nos *posts* midiáticos possíveis concordâncias e/ou discordâncias e, para início, exemplificamos o acontecimento discursivo, observando dois memes. O primeiro deles, uma imagem da jogadora de futebol, Marta, é legendada pelo enunciado *bela, recatada e “do lar”*, e o segundo, uma foto de uma união homoafetiva entre duas mulheres, é, também, legendado com “Belas, recatadas e do lar”; em ambos notamos a discordância em relação à imagem tradicional de mulher, pois uma mulher que se dedica ao futebol ocupa uma posição que se diria *masculina*, e quebra o paradigma de que o futebol é *coisa de homem*, rompe com o padrão preestabelecido segundo o qual lugar de mulher é no lar. Do mesmo modo, uma mulher que opta por uma relação homoafetiva quebra o padrão estabelecido no período

patriarcal, que, ainda hoje, serve de parâmetro para as relações afetivas, ou seja, de que uma mulher deve casar-se com um homem e ser subordinada a ele. Nos dois memes notamos uma ruptura do imaginário de mulher construído por condições históricas e sociais que não permitiam que a mulher participasse de atividades comuns aos homens e, também, não ocupasse lugares, tradicionalmente, masculinos. Assim, é evidente que a mulher vem conquistando espaços e ocupando papéis que eram atribuídos ao homem, bem como a libertação de seus desejos e vontades, principalmente da sexualidade.

Consequente a isso, observamos a imagem de Marcela Temer e os conceitos atribuídos a ela. Percebeu-se na reportagem a presença de afirmações que visam a justificar o uso dos adjetivos *bela*, *recatada* e “*do lar*”. Algumas afirmações sobre a beleza e a aparência de Marcela confirmam a atribuição do adjetivo *bela* a ela. Afirmações sobre o modo de vestir-se e portar-se certificam a característica *recatada*, bem como em algumas fotografias encontradas. Enunciados sobre as atividades domésticas confirmam a atribuição de “*do lar*” a ela. Notamos, aqui, o retorno do uso das palavras *recatada* e “*do lar*” para caracterizar uma imagem feminina ainda incomum na atualidade; assim, houve um retorno discursivo/enunciativo dessas palavras para legitimar uma figura de mulher consolidada no período patriarcal mais exacerbado. Percebe-se, na mídia, na exibição da imagem de Marcela Temer e na exploração de sua aparência, a possibilidade de a esposa de Temer estar sendo evidenciada como a mulher ideal. Reporta-se, aqui, aos valores patriarcais que regiam (explicitamente) gerações anteriores, pelos quais as mulheres foram marcadas por características como beleza, ingenuidade, habilidade nas tarefas domésticas, doçura e sensibilidade. Observamos aqui, que a imagem de Marcela foi construída – midiaticamente – por opiniões endereçadas a ela e por imagens (fotos) que circulam sobre ela. Marcela, no entanto, não se manifesta e não expõe sua personalidade a fim de ser observada.

Dilma Rousseff, por esse prisma, encontra-se em outra vertente, pois é vista como uma mulher destemida, independente, militante e que enfrentou muitos obstáculos para conquistar o poder e chegar à presidência do País. Foi possível observar na imagem de Dilma Rousseff e nas fotos analisadas a confirmação da posição de mulher austera e independente. Nos memes criados com a imagem de Dilma, em um deles a política aparece com o símbolo do feminismo – usando-o como uma arma – para destruir o enunciado *bela*, *recatada* e “*do lar*”; aqui os sentidos de que Dilma não é uma mulher que priorize a dedicação ao lar e adote uma postura submissa são confirmados; em um outro meme, a expressão “*do lar*” é substituída por de LUTA, o que reafirma a posição de Dilma.

Nas reportagens que circularam na mídia como uma espécie de “resposta” à reportagem da revista *Veja*, a tentativa de enaltecer a imagem de mulheres como Marcela é criticada e vista de maneira contrária à imagem do feminino contemporâneo. As imagens de Dilma e Marcela são constantemente comparadas, percebendo-se questionamentos e indagações sobre as diferentes opções e posições femininas. Assim, enquanto a imagem de Marcela indicia o perfilamento ao ideal(izado), o exemplo de mulher a ser seguido – pelo menos, imposto como o adequado –, a imagem de Dilma a evidencia como uma mulher que se distancia dessa posição e que assume outra, até então reservada ao masculino – trazendo à tona, mais uma vez, a força da memória coletiva, pelo questionamento implícito do que essa memória guardou e, ao mesmo tempo, pelo aproveitamento de suas contradições, provocadas pela convivência de posições revistas no decurso da história.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. A Utopia. In: _____. **Inéditos** vol. 1 – Teoria. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 290-291.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

_____. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014. 99 p. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/eleicoes-no-brasil-uma-historia-de-500-anos-2014.pdf#page=27>> Acesso em: 18 jul. 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Marco/especial-dia-da-mulher-numero-de-eleitoras-e-candidatas-registra-crescimento-no-pais>> Acesso em: 19 jul. 2016.

CORACINI, Maria José. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. et al. (Org.) **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**. 1300-1800: Uma cidade sitiada. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, [1978]1989.

DINIZ, Debora: Perspectivas e articulações de uma pesquisa feminista. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. p. 11-21.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 179-191.

_____. **História da sexualidade – 1 A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FURLANETTO, Maria Marta. Discurso: estrutura e acontecimento. Uma avaliação teórica. **Rev. Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v.9, n.3, p.34-60, jul./set. 2015.

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul./dez. 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas, Pontes, 2002.

LAZZERI, Thais. “No Brasil, existe uma resistência à presença da mulher na política”. Entrevista com Luiza Carvalho. **Época**, Rio de Janeiro, 18/05/2016. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/05/no-brasil-existe-uma-resistencia-presenca-da-mulher-na-politica.html>> Acesso em: 13 maio 2017.

LE BRETON, David. **Do silêncio**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LETT, Didier. Pour une histoire du genre et des différences sociales au Moyen Âge. **Circé**, n. 6, mars 2015. Disponível em: <www.revue-circe.uvsq.fr/por-une-histoire-du-genre-et-des-differences-sociales-au-moyen-age/.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. Entrevista concedida a Juremir Machado da Silva. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 15, p. 74-82, ago. 2001.

MATOS, Maria Zilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MIGUEL, Raquel de Barros. RIAL, Carmen. Programa de Mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 11. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

_____. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia.** 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos.** 2. ed. Campinas/SP: Pontes, 2005.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.). **Papel da memória.** Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org). **Por uma Análise Automática do Discurso.** 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento** [?]. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.). **Papel da memória.** Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. Lecture et mémoire: projet de recherche. In: MALDIDIER, Denise. **L'inquiétude du discours.** Textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Mالدیدیر. Paris: Editions des Cendres, 1990. p. 285-293.

PERNOUD, Régine. **Idade Média: o que não nos ensinaram.** Tradução de Maurício Brett Menezes. Revisão técnica de Francisco José Pereira das Neves Vieira. 2. ed. revista. São Paulo, Agir, [1978]1994.

PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania.** São Paulo: Contexto, 2005.

RASSI, Amanda Pontes. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das vadias”. **Revista de História da UEG,** Goiânia, v. 1, n. 1, p. 43-63, jan./jun. 2012.

RODRIGUES, Kellen Bonelli. **Sim, a mulher pode!:** o poder e a resistência no discurso de Dilma Rousseff. 2014. 81f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

_____. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, p.11-30, jan./abr. 2005.

SILVA, Francisco de Assis. **A história do Brasil: Império e República**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1994.

SOUSA, Waldênia Klésia M. V.; FERNANDES, Eliane M. da F. **O Humor: enunciado, enunciação e produção de sentido** (2011). Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao16/art_sousa_fernandes.pdf> Acesso em: 29 mar. 2017.

SOUZA, Tania C. Clemente de. **Discurso e imagem: perspectivas de análise não verbal** (1997). Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/240-845-1-SM.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. **A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação** (2001) Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/8640721-11506-2-PB.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2016.

SWAIN, Tania Navarro. Por falar em liberdade... In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014a. p. 36-51.

_____. Histórias feministas, história do possível. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014b. p. 613-620.

TOLEDO, Gustavo Leal. **Controvérsias meméticas: a ciência dos memes e o darwinismo universal em Dawkins, Dennett e Blackmore**. 2009. 471 f. Tese (Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp088440.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

VEIGA, Marcia. Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 9, n. 2, p. 490-505, jul./dez. 2012.

VELOSO, Ana. Mulher e mídia no Brasil: “uma pauta desigual”? In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. p. 408-423.

ANEXOS

ANEXO I – Reportagem de *Veja* – Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”

<<http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>

Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”

A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice

Por **Juliana Linhares**

access time 18 abr 2016, 19h14



Marcela, mulher do vice, Michel Temer: jantares românticos e apelidos carinhosos (Bruno Poletti/Folhapress)

Marcela Temer é uma mulher de sorte. Michel Temer, seu marido há treze anos, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país – e em cujo epicentro ele mesmo se encontra. Há cerca de oito meses, por exemplo, o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala especial do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius, em São Paulo. Blindada nas paredes, no teto e no chão para ser à prova de som e garantir os segredos dos muitos políticos que costumam reunir-se no local, a sala tem capacidade para acomodar trinta pessoas, mas foi esvaziada para receber apenas “Mar” e “Mi”, como são chamados em família. Lá, protegido por quatro seguranças (um na cozinha, um no toalete, um na entrada da sala e outro no salão principal do restaurante), o casal desfrutou algumas horas de jantar romântico sob um céu estrelado, graças ao teto retrátil do ambiente. Marcela se casou com Temer quando tinha 20 anos. O vice, então com 62, estava no quinto mandato como deputado federal e foi seu primeiro namorado.

Michelzinho, de 7 anos, cabelo tigelinha e uma bela janela no lugar que abrigará seus incisivos centrais, é o único filho do casal (Temer tem outros quatro de relacionamentos anteriores). No fim do ano passado, Marcela pensou que esperava o segundo filho, mas foi um alarme falso. “No final, eles acharam que não teria sido mesmo um bom momento para ela engravidar, dada a confusão no país”, conta tia Nina, irmã da mãe de Marcela. Ela se refez do sobressalto, mas não se resignou – ainda quer ter uma menininha. No Carnaval, Marcela planejou uns dias de sol e praia só com o marido e o filho e foi para a Riviera de São Lourenço, no Litoral Norte de São Paulo. Temer iria depois, mas, nos dias seguintes, o plano foi a pique: o vice ligou, dizendo que estava receoso de expor a família, devido aos ânimos acirrados no país. Pegou Marcela, Michelzinho, e todo mundo voltou para casa.

Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu *curriculum vitae* um curto período de trabalho como recepcionista e dois concursos de miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar. Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele).

Por algum tempo, frequentou o salão de beleza do cabeleireiro Marco Antonio de Biaggi, famoso pela clientela estrelada. Pedia luzes bem fininhas e era “educadíssima”, lembra o cabeleireiro. “Assim como faz a Athina Onassis quando vem ao meu salão, ela deixava os seguranças do lado de fora”, informa Biaggi. Na opinião do cabeleireiro, Marcela “tem tudo para se tornar a nossa Grace Kelly”. Para isso, falta só “deixar o cabelo preso”. Em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público pouquíssimas vezes. “Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi. “Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, conta a estilista Martha Medeiros.

Marcela é o braço digital do vice. Está constantemente de olho nas redes sociais e mantém o marido informado sobre a temperatura ambiente. Um fica longe do outro a maior parte da semana, uma vez que Temer mora de segunda a quinta-feira no Palácio do Jaburu, em Brasília, e Marcela permanece em São Paulo, quase sempre na companhia da mãe. Sacudida, loiríssima e de olhos azuis, Norma Tedeschi acompanhou a filha adolescente em seu primeiro encontro com Temer. Amigos do vice contam que, ao fim de um dia extenuante de trabalho, é comum vê-lo tomar um vinho, fumar um charuto e “mergulhar num outro mundo” – o que ocorre, por exemplo, quando telefona para Marcela ou assiste a vídeos de Michelzinho, que ela manda pelo celular. Três anos atrás, Temer lançou o livro de poemas intitulado *Anônima Intimidade*. Um deles, na página 135, diz: “De vermelho / Flamejante / Labaredas de fogo / Olhos brilhantes / Que sorriem / Com lábios rubros / Incêndios / Tomam conta de mim / Minha mente / Minha alma / Tudo meu / Em brasas / Meu corpo / Incendiado / Consumido / Dissolvido / Finalmente / Restam cinzas / Que espalho na cama / Para dormir”.

Michel Temer é um homem de sorte.

